

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	23
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	24
DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente -	104
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	687.667.581
Preferenciais	0
Total	687.667.581
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.454.731
Preferenciais	0
Total	1.454.731

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	5.113.943	5.238.027	4.144.635
1.01	Ativo Circulante	661.152	1.260.911	1.166.208
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	591.702	1.139.520	929.500
1.01.03	Contas a Receber	13.325	38.201	55.130
1.01.03.01	Clientes	7.905	32.777	47.111
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.420	5.424	8.019
1.01.06	Tributos a Recuperar	50.825	44.723	71.672
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	50.825	44.723	71.672
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.190	4.310	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.110	34.157	109.906
1.01.08.03	Outros	1.110	34.157	109.906
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	1.110	34.157	109.906
1.02	Ativo Não Circulante	4.452.791	3.977.116	2.978.427
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	336.884	547.734	430.217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	46.326	373.083	267.065
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	46.326	373.083	267.065
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	290.558	174.651	163.152
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	9.859	6.599	4.535
1.02.01.09.04	Depósitos restituíveis e valores vinculados	15.302	3.038	1.390
1.02.01.09.05	Debêntures	265.397	109.691	98.001
1.02.01.09.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	55.323	59.226
1.02.02	Investimentos	3.987.705	3.359.934	2.470.990
1.02.02.01	Participações Societárias	3.987.705	3.359.934	2.470.990
1.02.03	Imobilizado	127.034	67.939	76.377
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	127.034	67.939	76.377
1.02.04	Intangível	1.168	1.509	843
1.02.04.01	Intangíveis	1.168	1.509	843
1.02.04.01.02	Outros	1.168	1.509	843

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	5.113.943	5.238.027	4.144.635
2.01	Passivo Circulante	321.909	99.347	449.801
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	333	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	333	0	0
2.01.02	Fornecedores	20.508	12.622	144.561
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.508	12.622	144.561
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.332	5.288	4.071
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	191.620	38.596	212.492
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.142	6.457	12.918
2.01.04.02	Debêntures	178.478	32.139	199.574
2.01.05	Outras Obrigações	105.116	42.841	88.677
2.01.05.02	Outros	105.116	42.841	88.677
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	57.987	7.873	42.210
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	16.741	23.584	32.047
2.01.05.02.05	Parcelamentos fiscais e previdenciários	420	434	0
2.01.05.02.06	Antecipações de créditos imobiliários	29.968	10.950	14.420
2.02	Passivo Não Circulante	983.402	1.558.562	1.446.398
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	857.681	1.004.096	1.158.913
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	252.364	262.156	261.721
2.02.01.02	Debêntures	605.317	741.940	897.192
2.02.02	Outras Obrigações	105.443	519.399	264.544
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.713	407.794	146.783
2.02.02.02	Outros	78.730	111.605	117.761
2.02.02.02.06	Parcelamentos fiscais e previdenciários	5.356	4.793	0
2.02.02.02.07	Antecipações de créditos imobiliários	73.374	106.812	117.761
2.02.04	Provisões	20.278	35.067	22.941
2.02.04.02	Outras Provisões	20.278	35.067	22.941
2.02.04.02.04	Provisão para lucro não realizado	12.617	13.361	14.105

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.04.02.05	Provisão para passivo a descoberto em controlada	7.661	21.706	8.836
2.03	Patrimônio Líquido	3.808.632	3.580.118	2.248.436
2.03.01	Capital Social Realizado	3.433.941	3.433.941	2.141.413
2.03.02	Reservas de Capital	46.910	-9.482	-64.871
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.001	0	8.143
2.03.02.07	Reserva de capital	36.909	-9.482	-73.014
2.03.04	Reservas de Lucros	341.547	168.296	146.064
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.766	-12.637	25.830

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.487	538.800	445.111
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.347	-433.477	-347.653
3.03	Resultado Bruto	49.140	105.323	97.458
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	288.421	43.581	162.769
3.04.01	Despesas com Vendas	-632	-142	-2.211
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.404	-11.608	-12.226
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.449	1.236	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.541	-124.116	-59.664
3.04.05.01	Reversão (provisão) para passivo a descoberto em controladas	-687	-11.872	-8.465
3.04.05.02	Amortização de ágio em controladas	-32.272	-107.888	-7.314
3.04.05.03	Ganho/perda com investimentos	418	-4.356	-39.576
3.04.05.04	Outras	0	0	-4.309
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	314.549	178.211	236.870
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	337.561	148.904	260.227
3.06	Resultado Financeiro	-35.773	-108.880	-35.194
3.06.01	Receitas Financeiras	108.089	74.774	144.236
3.06.02	Despesas Financeiras	-143.862	-183.654	-179.430
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	301.788	40.024	225.033
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-61.909	-5.276	-13.671
3.08.01	Corrente	-6.307	-4.710	-8.490
3.08.02	Diferido	-55.602	-566	-5.181
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	239.879	34.748	211.362
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	239.879	34.748	211.362
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,3544	0,0515	0,3666
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3477	0,0515	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	239.879	34.748	211.363
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.129	-38.467	25.830
4.02.01	Variação cambial sobre investimento no exterior	8.309	-32.915	14.773
4.02.02	Marcação a mercado sobre aplicação financeira	-4.299	-12.719	2.289
4.02.03	Efeito diferido de marcação a mercado sobre instrumentos de hedge	-5.139	7.167	8.768
4.03	Resultado Abrangente do Período	238.750	-3.719	237.193

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	133.652	-36.986	205.337
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	62.594	-51.782	296.827
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	239.879	34.748	211.363
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.867	8.496	14.252
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-314.549	-178.211	-236.870
6.01.01.04	Provisão para passivo a descoberto	687	11.872	8.465
6.01.01.05	Amortização de ágio	32.272	107.888	7.314
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.602	566	5.179
6.01.01.07	Provisão de lucro não realizado	-742	-744	-744
6.01.01.08	Variação cambial e encargos sobre financiamentos e debêntures	41.016	-41.469	283.494
6.01.01.09	Stock Options	5.562	5.072	4.374
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	71.058	14.796	-91.490
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	24.872	14.334	-46.035
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-9.642	28.222	-20.180
6.01.02.03	Dividendos e Juros sobre capital próprio	57.377	75.749	-76.747
6.01.02.04	Outros ativos	-12.035	29.902	-61.757
6.01.02.05	Fornecedores	7.886	-131.939	125.442
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	333	0	0
6.01.02.07	Imposto, taxas e contribuições	2.459	6.444	2.837
6.01.02.08	Outros passivos	-192	-7.916	-15.050
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-440.705	-843.850	267.584
6.02.01	Aquisição de bens do imobilizado	-61.715	-86	-87.499
6.02.02	Aquisição (aumento) de participações	-378.990	-843.764	355.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-240.765	1.090.856	196.848
6.03.01	Captação	0	2.565	179.264
6.03.02	Amortização	-204.693	-316.683	-2.006
6.03.03	Aumento de capital e AFAC	25.111	1.291.507	6.808
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio	-6.859	-41.528	-51.287

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.05	Partes relacionadas	-54.324	154.995	124.188
6.03.06	Recompra de ações	0	0	-101.340
6.03.07	Ajustes Patrimoniais	0	0	41.221
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-547.818	210.020	669.769
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.139.520	929.500	259.731
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	591.702	1.139.520	929.500

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.433.941	-9.482	168.296	0	-12.637	3.580.118
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.433.941	-9.482	168.296	0	-12.637	3.580.118
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.001	46.391	-9.656	-56.972	0	-10.236
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	14.833	-9.656	0	0	5.177
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	31.916	0	0	0	31.916
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-358	0	0	0	-358
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-56.972	0	-56.972
5.04.08	Adiantamento Futuro Aumento Capital	10.001	0	0	0	0	10.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	239.879	-1.129	238.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	239.879	0	239.879
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.129	-1.129
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-9.438	-9.438
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	8.309	8.309
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	182.907	-182.907	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	182.907	-182.907	0	0
5.07	SalDOS Finais	3.443.942	36.909	341.547	0	-13.766	3.808.632

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.149.556	-73.014	146.064	0	25.830	2.248.436
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.149.556	-73.014	146.064	0	25.830	2.248.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.284.385	63.532	-13.217	-7.190	0	1.327.510
5.04.01	Aumentos de Capital	1.292.528	0	0	0	0	1.292.528
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	-8.143	82.971	-37.345	0	0	37.483
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.190	0	-7.190
5.04.08	Custo Captação de Debêntures	0	-19.439	0	0	0	-19.439
5.04.09	IR e CS diferidos - Lei 11638 (reflexo controladas)	0	0	24.128	0	0	24.128
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.748	-38.467	-3.719
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.748	0	34.748
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-38.467	-38.467
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.552	-5.552
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-32.915	-32.915
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	35.449	-27.558	0	7.891
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	35.449	-27.558	0	7.891
5.07	SalDOS Finais	3.433.941	-9.482	168.296	0	-12.637	3.580.118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.142.748	4.205	427.063	-160.836	0	2.413.180
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.142.748	4.205	427.063	-160.836	0	2.413.180
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.808	-77.219	-1.921	-44.081	11.057	-105.356
5.04.01	Aumentos de Capital	6.808	0	0	0	0	6.808
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.377	0	0	0	4.377
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-96.985	-4.355	0	0	-101.340
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-41.647	0	-41.647
5.04.08	Reflexo de ajustes patrimoniais em controladas	0	15.389	2.434	-2.434	11.057	26.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	211.363	14.773	226.136
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	211.363	0	211.363
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.773	14.773
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	14.773	14.773
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-279.078	-6.446	0	-285.524
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-279.078	-6.446	0	-285.524
5.07	Saldos Finais	2.149.556	-73.014	146.064	0	25.830	2.248.436

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	71.155	546.376	450.794
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	56.727	539.742	446.857
7.01.02	Outras Receitas	15.060	6.894	4.437
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-632	-260	-500
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-38.220	-548.782	-441.302
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.725	-425.648	-339.704
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.129	-5.478	-16.244
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-26.298	-117.512	-85.080
7.02.04	Outros	-68	-144	-274
7.03	Valor Adicionado Bruto	32.935	-2.406	9.492
7.04	Retenções	-2.867	-8.496	14.252
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.867	-8.496	14.252
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	30.068	-10.902	23.744
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	421.951	241.113	381.015
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	313.862	166.339	236.780
7.06.02	Receitas Financeiras	108.089	74.774	144.235
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	452.019	230.211	404.759
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	452.019	230.211	404.759
7.08.01	Pessoal	2.717	0	6.809
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.602	0	2.433
7.08.01.03	F.G.T.S.	115	0	4.376
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	64.924	10.936	13.743
7.08.02.01	Federais	63.839	5.476	13.743
7.08.02.03	Municipais	1.085	5.460	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	144.499	184.527	179.844
7.08.03.01	Juros	143.862	183.654	179.430
7.08.03.02	Aluguéis	637	873	414
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	239.879	34.748	204.363

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	-7.000
7.08.04.02	Dividendos	56.972	7.190	41.645
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	182.907	27.558	169.718

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	12.519.836	12.177.812	11.562.500
1.01	Ativo Circulante	2.703.413	3.222.311	3.279.321
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.974.560	2.573.725	2.642.731
1.01.03	Contas a Receber	326.583	264.356	190.482
1.01.03.01	Clientes	231.383	186.418	154.347
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	95.200	77.938	36.135
1.01.04	Estoques	105.077	80.231	93.660
1.01.06	Tributos a Recuperar	276.968	277.895	337.120
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	276.968	277.895	337.120
1.01.07	Despesas Antecipadas	12.695	19.228	6.237
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.530	6.876	9.091
1.01.08.03	Outros	7.530	6.876	9.091
1.01.08.03.01	Arrendamentos	6.186	6.467	6.554
1.01.08.03.02	Créditos com congêneres	1.344	409	2.537
1.02	Ativo Não Circulante	9.816.423	8.955.501	8.283.179
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.261.885	1.124.563	815.902
1.02.01.06	Tributos Diferidos	457.392	389.405	164.845
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	457.392	389.405	164.845
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	7.912	8.860	11.384
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	783	5.644
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	796.581	725.515	634.029
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	313.592	315.909	242.267
1.02.01.09.04	Depósitos restituíveis e valores vinculados	348.015	294.386	268.590
1.02.01.09.05	Investimentos temporários	0	542	503
1.02.01.09.06	Outros valores realizáveis	40.250	13.774	15.438
1.02.01.09.07	Arrendamentos	94.724	100.904	107.231
1.02.02	Investimentos	7.483	5.266	6.287
1.02.03	Imobilizado	6.011.955	5.251.201	4.726.658

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.04	Intangível	2.535.100	2.574.471	2.734.332

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	12.519.836	12.177.812	11.562.500
2.01	Passivo Circulante	1.703.703	1.665.373	2.331.800
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	78.698	35.021	78.002
2.01.02	Fornecedores	345.352	552.290	986.844
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.344	96.042	214.057
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	646.718	490.131	666.568
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	385.523	418.934	375.200
2.01.04.02	Debêntures	261.195	71.197	291.368
2.01.05	Outras Obrigações	589.591	491.889	386.329
2.01.05.02	Outros	589.591	491.889	386.329
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	58.297	7.996	42.333
2.01.05.02.04	Débitos com congêneres	3.304	2.875	11.469
2.01.05.02.05	Arrendamentos e concessões	35.282	26.554	27.531
2.01.05.02.06	Adiantamentos de clientes	69.452	67.638	81.045
2.01.05.02.07	Arrendamento mercantil	239.354	143.264	128.817
2.01.05.02.08	Parcelamentos fiscais e previdenciários	17.685	64.233	18.844
2.01.05.02.09	Receitas diferidas	2.611	2.065	2.203
2.01.05.02.10	Antecipações de créditos imobiliários	151.611	173.184	63.833
2.01.05.02.11	Outras contas a pagar	11.995	4.080	10.254
2.02	Passivo Não Circulante	6.988.157	6.916.611	6.963.338
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.119.146	4.109.773	4.268.322
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.653.527	2.455.867	2.518.286
2.02.01.02	Debêntures	1.465.619	1.653.906	1.750.036
2.02.02	Outras Obrigações	2.665.707	2.593.611	2.396.284
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	579	844
2.02.02.02	Outros	2.665.707	2.593.032	2.395.440
2.02.02.02.03	Arrendamentos e concessões	1.114.809	1.000.616	897.586
2.02.02.02.04	Adiantamentos de clientes	0	1.112	8.767

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02.02.02.05	Arrendamento mercantil	856.747	931.347	750.824
2.02.02.02.06	Parcelamentos fiscais e previdenciários	188.572	124.948	109.441
2.02.02.02.07	Antecipações de créditos imobiliários	466.400	499.272	558.709
2.02.02.02.08	Receitas diferidas	30.294	24.448	26.375
2.02.02.02.09	Outras exigibilidades	8.885	11.289	43.738
2.02.04	Provisões	203.304	213.227	298.732
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	203.304	208.576	297.964
2.02.04.02	Outras Provisões	0	4.651	768
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto em controlada	0	4.651	768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.827.976	3.595.828	2.267.362
2.03.01	Capital Social Realizado	3.433.941	3.433.941	2.141.413
2.03.02	Reservas de Capital	46.910	-9.482	-64.871
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.001	0	8.143
2.03.02.07	Reservas de Capital	36.909	-9.482	-73.014
2.03.04	Reservas de Lucros	341.547	168.296	146.064
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-13.766	-12.637	25.830
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	19.344	15.710	18.926

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.753.531	2.471.663	2.509.227
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.537.171	-1.592.613	-1.374.133
3.03	Resultado Bruto	1.216.360	879.050	1.135.094
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-194.498	-247.506	-151.217
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.085	-7.232	-15.398
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-165.961	-116.099	-114.507
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.655	15.199	446
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.067	-138.354	-21.406
3.04.05.01	Reversão (provisão) para passivo a descoberto em controladas	0	-2.250	0
3.04.05.02	Amortização de ágio em controladas	-33.535	-130.296	-21.101
3.04.05.03	Ganho/perda com investimentos	468	-5.808	-305
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.960	-1.020	-352
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.021.862	631.544	983.877
3.06	Resultado Financeiro	-813.251	-846.217	-762.214
3.06.01	Receitas Financeiras	218.735	249.726	263.579
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.031.986	-1.095.943	-1.025.793
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	208.611	-214.673	221.663
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	37.250	254.823	-11.579
3.08.01	Corrente	-45.150	-42.028	-46.820
3.08.02	Diferido	82.400	296.851	35.241
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	245.861	40.150	210.084
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-5.982	-5.402	1.279
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-5.982	-5.402	1.279
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	239.879	34.748	211.363
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	245.861	40.150	210.084
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.982	-5.402	1.279
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99.01.01	ON	0,3544	0,0515	0,3666
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3477	0,0515	0,3666

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	239.879	34.748	211.363
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.129	-38.467	-8.293
4.02.01	Variação cambial sobre investimento no exterior	8.309	-32.915	-14.772
4.02.02	Marcação a mercado sobre aplicação financeira	-4.299	-12.719	-2.289
4.02.03	Efeito diferido de marcação a mercado sobre instrumentos de hedge	-5.139	7.167	8.768
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	238.750	-3.719	203.070
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	244.732	1.683	201.791
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.982	-5.402	1.279

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	457.219	-207.521	636.230
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	650.436	254.740	463.922
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	239.879	34.748	211.363
6.01.01.02	Depreciação e amortização	347.969	388.258	306.306
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-1.960	1.020	1.020
6.01.01.04	Provisão para passivo a descoberto	0	2.250	0
6.01.01.05	Amortização de ágio	33.535	130.296	21.101
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-82.400	-296.851	-42.655
6.01.01.08	Realização de receitas diferidas	6.391	-2.065	9.397
6.01.01.09	Variação cambial e encargos sobre financiamentos e debêntures	78.872	-28.499	-61.218
6.01.01.10	Stock Options	22.168	20.181	19.763
6.01.01.11	Acionistas não controladores	5.982	5.402	-1.155
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-193.217	-462.261	172.308
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-44.965	-32.070	-16.029
6.01.02.02	Estoques	-24.846	13.429	-30.729
6.01.02.03	Tributos a recuperar	17.658	57.874	-264.399
6.01.02.05	Outros ativos	-59.869	-51.244	-30.005
6.01.02.06	Fornecedores	-206.939	-434.553	302.991
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	43.677	-46.024	47.235
6.01.02.08	Imposto, taxas e contribuições	-21.067	-57.119	29.213
6.01.02.09	Arrendamentos e concessões a pagar	104.330	102.053	294.771
6.01.02.10	Outros passivos	-1.196	-14.607	-160.740
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-868.391	-781.769	-635.689
6.02.01	Aquisição de bens do imobilizado	-875.994	-715.449	-621.919
6.02.02	Estoque em Inversão Fixa	12.511	-66.320	-14.546
6.02.03	Aquisição (aumento) de participações	-4.908	0	776
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-187.993	920.284	826.344
6.03.01	Captação	435.574	555.514	2.133.192

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.02	Amortização	-642.008	-885.209	-1.189.313
6.03.03	Aumento de capital e AFAC	25.111	1.291.507	6.808
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio	-6.670	-41.528	-51.287
6.03.05	Recompra de ações	0	0	-101.340
6.03.06	Ajustes Patrimoniais	0	0	25.832
6.03.07	Partes relacionadas	0	0	2.452
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-599.165	-69.006	826.885
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.573.725	2.642.731	1.815.846
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.974.560	2.573.725	2.642.731

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.433.941	-9.482	168.296	0	-12.637	3.580.118	15.710	3.595.828
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.433.941	-9.482	168.296	0	-12.637	3.580.118	15.710	3.595.828
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.001	46.391	-9.656	-56.972	0	-10.236	0	-10.236
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	14.833	-9.656	0	0	5.177	0	5.177
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	31.916	0	0	0	31.916	0	31.916
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-358	0	0	0	-358	0	-358
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-56.972	0	-56.972	0	-56.972
5.04.08	Adiantamento Futuro Aumento Capital	10.001	0	0	0	0	10.001	0	10.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	239.879	-1.129	238.750	3.634	242.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	239.879	0	239.879	3.634	243.513
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.129	-1.129	0	-1.129
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-9.438	-9.438	0	-9.438
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	8.309	8.309	0	8.309
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	182.907	-182.907	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	182.907	-182.907	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.443.942	36.909	341.547	0	-13.766	3.808.632	19.344	3.827.976

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.149.556	-73.014	146.064	0	25.830	2.248.436	18.926	2.267.362
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.149.556	-73.014	146.064	0	25.830	2.248.436	18.926	2.267.362
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.284.385	63.532	-13.217	-7.190	0	1.327.510	0	1.327.510
5.04.01	Aumentos de Capital	1.292.528	0	0	0	0	1.292.528	0	1.292.528
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	-8.143	82.971	-37.345	0	0	37.483	0	37.483
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.190	0	-7.190	0	-7.190
5.04.08	Custo de Captação de Debêntures	0	-19.439	0	0	0	-19.439	0	-19.439
5.04.09	IR e CS Diferidos - Lei 11.638 (reflexo controladas)	0	0	24.128	0	0	24.128	0	24.128
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.748	-38.467	-3.719	-3.216	-6.935
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.748	0	34.748	-3.216	31.532
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-38.467	-38.467	0	-38.467
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.552	-5.552	0	-5.552
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-32.915	-32.915	0	-32.915
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	35.449	-27.558	0	7.891	0	7.891
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	35.449	-27.558	0	7.891	0	7.891
5.07	Saldos Finais	3.433.941	-9.482	168.296	0	-12.637	3.580.118	15.710	3.595.828

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.142.748	4.205	427.063	-160.836	0	2.413.180	20.081	2.433.261
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.142.748	4.205	427.063	-160.836	0	2.413.180	20.081	2.433.261
5.04	Transações de Capital com os Sócios	6.808	-77.219	-1.921	-44.081	11.057	-105.356	0	-105.356
5.04.01	Aumentos de Capital	6.808	0	0	0	0	6.808	0	6.808
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.377	0	0	0	4.377	0	4.377
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-96.985	-4.355	0	0	-101.340	0	-101.340
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-41.647	0	-41.647	0	-41.647
5.04.08	Reflexo de Ajustes Patrimoniais em Controladas	0	15.389	2.434	-2.434	11.057	26.446	0	26.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	211.363	14.773	226.136	-1.155	224.981
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	211.363	0	211.363	-1.155	210.208
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.773	14.773	0	14.773
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	14.773	14.773	0	14.773
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-279.078	-6.446	0	-285.524	0	-285.524
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-279.078	-6.446	0	-285.524	0	-285.524
5.07	Saldos Finais	2.149.556	-73.014	146.064	0	25.830	2.248.436	18.926	2.267.362

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.005.594	2.824.120	2.751.498
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.751.736	2.483.358	2.515.948
7.01.02	Outras Receitas	262.538	333.772	243.797
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.680	6.990	-8.247
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.120.468	-1.258.944	-907.249
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-763.709	-762.668	-636.039
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-191.920	-263.251	-157.758
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-160.894	-220.436	-107.000
7.02.04	Outros	-3.945	-12.589	-6.452
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.885.126	1.565.176	1.844.249
7.04	Retenções	-347.969	-388.258	-306.306
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-347.969	-388.258	-306.306
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.537.157	1.176.918	1.537.943
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	220.695	246.456	264.599
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.960	-3.270	1.020
7.06.02	Receitas Financeiras	218.735	249.726	263.579
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.757.852	1.423.374	1.802.542
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.757.852	1.423.374	1.802.542
7.08.01	Pessoal	226.046	172.988	387.785
7.08.01.01	Remuneração Direta	190.715	144.146	330.515
7.08.01.02	Benefícios	26.808	21.156	50.371
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.523	7.686	6.899
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.864	-183.358	66.411
7.08.02.01	Federais	4.688	-217.528	47.877
7.08.02.02	Estaduais	13.413	16.973	16.909
7.08.02.03	Municipais	11.763	17.197	1.625
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.256.081	1.393.077	1.134.428
7.08.03.01	Juros	1.031.985	1.095.943	1.025.793

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.02	Aluguéis	224.096	297.134	108.635
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	245.861	40.667	213.918
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	517	3.834
7.08.04.02	Dividendos	56.972	7.190	41.645
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	182.907	27.558	169.718
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.982	5.402	-1.279

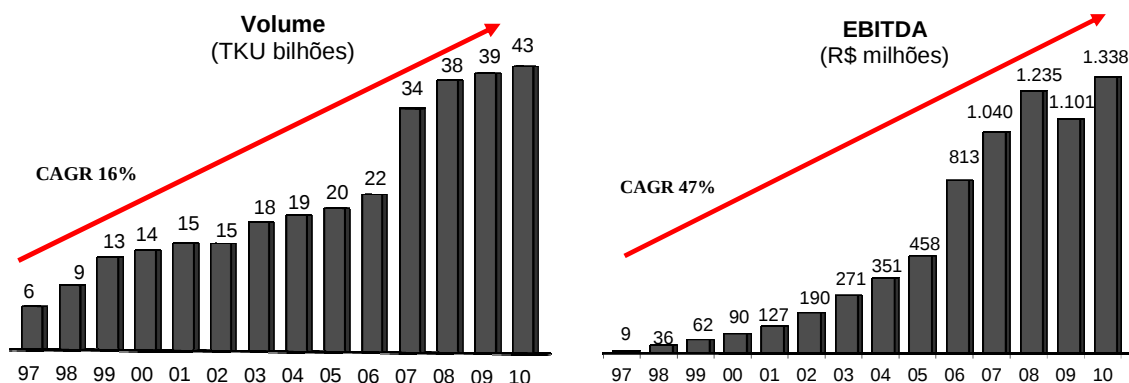
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

O objetivo da América Latina Logística S.A. (Holding) é deter participações em outras companhias, como acionista ou sócia, e desenvolver, por meio de suas subsidiárias, atividades relacionadas ao transporte de cargas e logística. Suas principais subsidiárias são ALL Malha Sul, uma concessão ferroviária da parte sul da malha ferroviária brasileira e parte do sul da rede ferroviária de São Paulo; ALL Malha Norte, uma concessão ferroviária localizada no estado do Mato Grosso do Sul e sul do Mato Grosso; ALL Malha Paulista, outra concessão ferroviária no estado de São Paulo; ALL Malha Oeste, uma concessão ferroviária cobrindo o estado do Mato Grosso do Sul e parte da rede ferroviária de São Paulo; ALL Argentina, que controla as ferrovias ALL Central e ALL Mesopotâmica na Argentina; e a ALL Intermodal, uma empresa de logística que explora serviços de transporte intermodal de cargas e atividades relacionadas a serviços de transporte rodoviário e operações de logística. As comparações, salvo indicação em contrário, referem-se ao mesmo período de 2009. As informações financeiras e operacionais apresentadas a seguir, salvo indicação em contrário, estão expressas em Reais, em conformidade com a Lei das S/A. Os resultados consolidados, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em vigor desde 2008 (Lei 11.638), podendo divergir de números divulgados anteriormente. Os resultados consolidados, salvo indicação em contrário, excluem os resultados da Santa Fé Vagões.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

O ano de 2010 foi marcado por um cenário de mercado completamente diferente ao de 2009, com uma forte expansão das exportações agrícolas e uma boa recuperação da produção industrial. Neste contexto, a Companhia apresentou crescimento relevante em volume e rentabilidade, reforçando os fundamentos de nosso negócio. Em Dezembro, anunciamos a criação da Brado Logística, que esperamos ser um *player* importante no setor de logística de contêineres. A nova companhia irá investir em terminais e na expansão da capacidade ferroviária com o objetivo de replicar no Brasil um modelo bem sucedido em outros países, onde a participação de mercado das ferrovias no segmento de contêineres é superior a 50%. A Brado planeja investir R\$ 1 bilhão nos próximos 5 anos para alcançar uma participação de mercado de aproximadamente 12% no volume de contêineres movimentados nos portos localizados na área de cobertura da ALL. Adicionalmente, estamos muito confiantes com relação aos nossos outros projetos de expansão. A construção em Rondonópolis continua evoluindo conforme planejado e a frota adicional da Rumo está sendo concluída neste ano, sustentando a primeira fase do projeto de expansão. Além disso, continuamos a trabalhar nos projetos de infraestrutura nos segmentos de terminais e mineração.

Resultado Consolidado

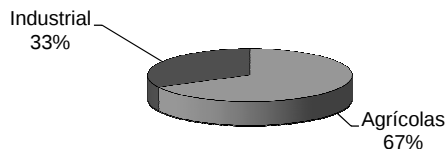
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

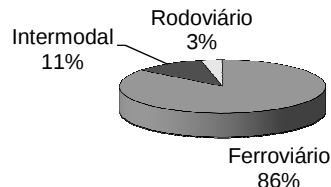
O volume transportado pela ALL em 2010 aumentou 10,8%, de 38.935 milhões de TKU para 43.138 milhões de TKU, impulsionado por um mercado de exportação favorável no Brasil, principalmente em milho e açúcar, e pela expansão consistente dos fluxos intermodais no segmento industrial. O crescimento de volume atingiu 13,1% em commodities agrícolas, 7,4% em produtos industriais, 9,1% em serviços rodoviários e 3,6% na Argentina. No Brasil, o volume aumentou 11,5% e a receita consolidada bruta cresceu 13,7%, de R\$2.775 milhões em 2009 para R\$3.154 milhões em 2010.

O EBITDA cresceu 21,6%, de R\$1.101,0 milhões em 2009 para R\$1.338,4 milhões em 2010, refletindo volumes e margens mais elevados no Brasil e o melhor desempenho na Argentina. A margem EBITDA atingiu 48,6%, com aumento de 3,5 pontos percentuais.

Composição da Receita por Segmento

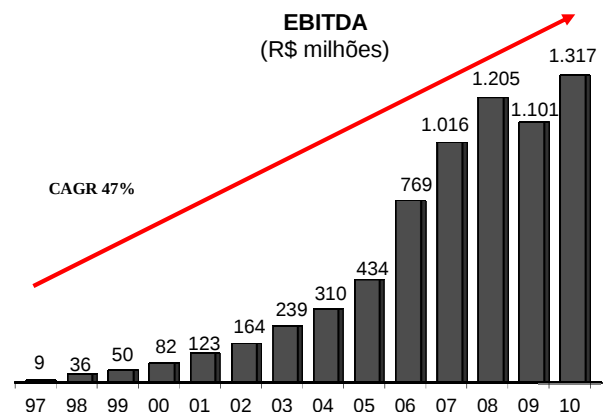
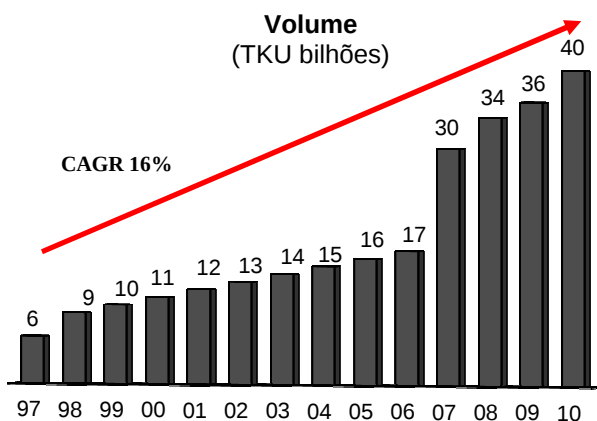


Composição da Receita por Modal



O lucro líquido consolidado da ALL cresceu 454%, atingindo R\$244,0 milhões em 2010, impulsionado pelo crescimento de EBITDA e por menores despesas financeiras. Incluindo o resultado gerado pela Santa Fé Vagões, o resultado líquido aumentou 591%, para R\$239,9 milhões em 2010, contra um lucro de R\$34,7 milhões em 2009.

ALL BRASIL



A receita bruta das operações brasileiras aumentou 13,5%, refletindo, principalmente, o crescimento de volume de 11,5% e a elevação de 2,0% no *yield*.

Apresentamos abaixo os resultados de 2010, por unidade de negócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
UNIDADE DE COMMODITIES AGRÍCOLAS

O volume de *commodities* agrícolas aumentou 13,1% no ano, de 25,136 milhões de TKU em 2009 para 28.440 milhões de TKU em 2010, devido, principalmente, a um mercado favorável de exportação, especialmente em milho e açúcar, onde o volume da ALL aumentou 42,1% e 56,9%, respectivamente.

Commodities Agrícolas (TKU milhões)	2010	2009	% Variação
Soja	8.955,7	9.964,7	-10,1%
Farelo de Soja	3.970,0	3.695,2	7,4%
Fertilizantes	2.218,3	2.086,2	6,3%
Açúcar	4.502,0	2.869,2	56,9%
Milho	7.582,4	5.336,9	42,1%
Trigo	767,8	710,3	8,1%
Arroz	407,8	443,1	-8,0%
Outros	35,9	30,3	18,3%
Total	28.439,8	25.135,9	13,1%

A receita bruta da unidade de *commodities* agrícolas aumentou 15,0% em 2010, impulsionado pelo crescimento de 13,1% no volume transportado e de 1,6% no *yield* no período. O EBITDA cresceu 20,6%, de R\$817,3 milhões em 2009 para R\$986,1 milhões, seguido por um crescimento de margem EBITDA de 3,1 pontos percentuais, de 50,9% em 2009 para 54,0% em 2010.

UNIDADE DE PRODUTOS INDUSTRIAIS

O volume transportado pela unidade de produtos industriais aumentou 7,4%, de 10.495 milhões de TKU em 2009 para 11.275 milhões de TKU em 2010, em função do crescimento de 18,6% nos fluxos intermodais, que deve representar uma participação cada vez maior no volume total do segmento de produtos industriais.

Produtos Industriais Intermodais (TKU milhões)	2010	2009	% Variação
Siderúrgicos	1.200,4	942,2	27,4%
Madeira, Papel e Celulose	1.106,2	857,9	28,9%
Alimentos	670,3	654,3	2,4%
Containers	1.130,9	1.050,3	7,7%
Outros	870,8	691,4	25,9%
Total	4.978,6	4.196,1	18,6%

Produtos Industriais Puro Ferro (TKU milhões)	2010	2009	% Variação
Combustível	4.549,4	4.532,4	0,4%
Óleo Vegetal	242,1	297,8	-18,7%
Construção Civil	1.504,9	1.468,6	2,5%
Total	6.296,3	6.298,8	0,0%

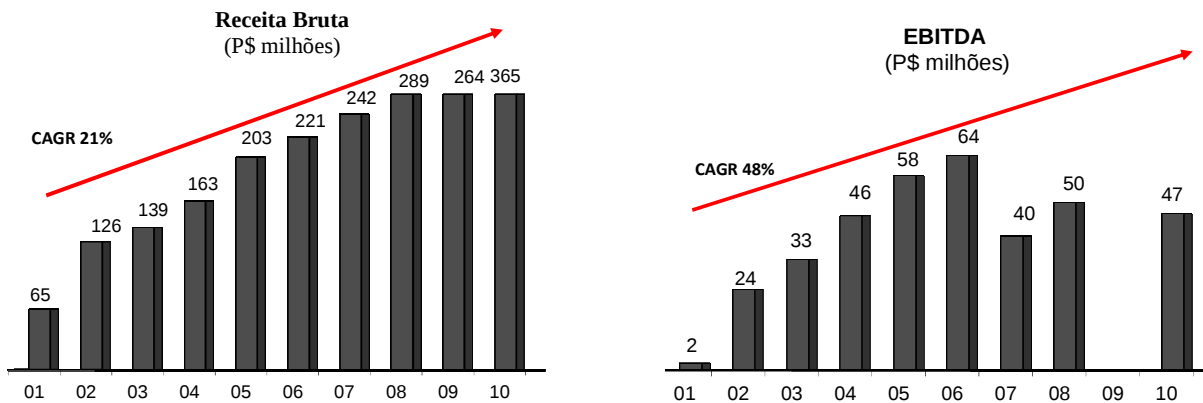
A receita bruta de produtos industriais aumentou 10,5% em função do crescimento de 7,4% no volume transportado e de 2,9% no *yield* médio.

O EBITDA de produtos industriais cresceu 15,5%, de R\$275,8 milhões em 2009 para R\$318,5 milhões em 2010, com um aumento de margem EBITDA de 2,1 pontos percentuais, de 45,1% em 2009 para 47,2% em 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho
ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
UNIDADE DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

O volume de serviços rodoviários, medidos em quilômetros remunerados (KR), aumentou 9,1% em 2010, atingindo 33,5 milhões de KR. A receita bruta cresceu 9,3% em 2010, de R\$97,5 milhões para R\$106,6 milhões, principalmente em função do aumento de volume.

O EBITDA de serviços rodoviários cresceu 62,5%, de R\$7,9 milhões em 2009 para R\$12,9 milhões em 2010, com crescimento de margem de 4,5 pontos percentuais, para 13,8%.

ALL ARGENTINA

O volume na ALL Argentina aumentou 3,6%, de 3.305 milhões de TKU em 2009 para 3.424 milhões de TKU em 2010. A receita bruta da ALL Argentina cresceu 38% em Pesos, de P\$264,4 milhões para P\$365 milhões, refletindo o crescimento de 3,6% em volume e o aumento de 33% no *yield*, medidos em Pesos por milhares de TKU. Em 2010, o EBITDA da ALL Argentina cresceu de zero para P\$46,7 milhões. As operações argentinas representam hoje 5,2% de nossas receitas e menos de 2% de nosso EBITDA.

Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003

A ALL - América Latina Logística S.A. em cumprimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-2/N.º 305/05 e à Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003 (ratificada pela Ofício-Circular/CVM/SEP/SNC/Nº02/2005 de 20 de março de 2005), vem informar o mercado que não houve outros serviços contratados pela Companhia e prestados por seus auditores independentes Ernst & Young (“Auditor”) durante o ano de 2010.

Cláusula de Arbitragem

A ALL - América Latina Logística S.A. está sujeita a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado, nos termos da Cláusula Arbitral contida em seus Estatutos.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A ALL - América Latina Logística S.A. ("Companhia" ou "Controladora") foi constituída em 31 de dezembro de 1997.

Tem como principais objetivos sociais:

- participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais;
- adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros;

Em 22 outubro de 2010 a Companhia aderiu ao “Novo Mercado” da Bovespa, onde suas ações são negociadas.

A Companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul, e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista, ALL – América Latina Logística Malha Norte e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. Opera na Argentina através de sua controlada ALL - América Latina Logística – Argentina S.A. (ALL Argentina), holding das empresas ALL - América Latina Logística - Central S.A. (ALL Central) e ALL - América Latina Logística - Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica) e também presta serviços de transportes rodoviários no Brasil através da ALL – América Latina Logística Intermodal S.A. (ALL Intermodal).

Os prazos de concessão são como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Período da concessão</u>	<u>Área de abrangência</u>
ALL Malha Sul	fevereiro de 2027	Sul do Brasil
ALL Malha Paulista	dezembro de 2028	Centro Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Oeste	junho de 2026	Centro Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Norte	maio de 2079	Centro Oeste e Estado de São Paulo
ALL Central	agosto de 2023	Argentina
ALL Mesopotâmica	outubro de 2023	Argentina
Portofer	junho 2025	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX	agosto de 2022	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	agosto de 2022	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	agosto de 2022	Porto de Santos-SP

Uma lista com todas as empresas que compõem o grupo ALL está apresentado na nota explicativa nº 2.1.

A Boswells S.A. é uma sociedade de investimentos financeiros estabelecida no Uruguai.

Santa Fé Vagões S.A.: seu principal objeto social é a fabricação, manutenção, comercialização e negociação de itens e serviços relacionados a materiais rodantes, sistemas ferroviários, equipamentos de tração, trilhos, sinalizações e equipamentos mecânicos relacionados às atividades ferroviárias, assim como suas peças, partes e

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

componentes, bem como a importação, exportação, compra, venda, distribuição, arrendamento, locação e empréstimo de vagões, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com atividades ferroviárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi homologado o aumento do capital social, por subscrição privada no valor de R\$ 35.000, mediante a emissão de 17.500.000 ações ordinárias e 17.500.000 ações preferenciais. A integralização desse aumento foi feita em moeda corrente do País, pela sua controladora.

ALL Overseas: é uma subsidiária integral, adquirida em dezembro de 1999, e tem como objeto social exercer quaisquer atividades que estejam de acordo com a legislação em vigor nas Bahamas.

Track Logística: criada em 07 de abril de 2010, cujo objeto social é prestar serviços de operador de logística de carga em geral, gestão e operação em portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros no interior, assim como: importar, exportar, vender, comprar, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, locomotivas, vagões, máquinas e equipamentos; e executar todas atividades afins, correlatas, acessórias e complementares vinculadas as atividades anteriores. Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação.

Brado Holding: criada em 09 de julho de 2010, cujo objeto social a participação no capital de outras sociedades, consórcios ou empreendimentos no país ou no exterior.

ALL Malha Sul: Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de maio de 2010, foi homologado o aumento do capital social, por subscrição privada no valor de R\$ 475.500, mediante a emissão de 107.151.203.891 ações ordinárias e 163.019.250.654 ações preferenciais. A integralização desse aumento foi feito mediante o aproveitamento de créditos detidos naquela data pela sua controladora.

ALL Intermodal: Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de maio de 2010 foi homologado o aumento do capital social, por subscrição privada no valor de R\$ 22.100, mediante a emissão de 12.628.571 ações todas ordinárias. A integralização deste aumento foi feito mediante o aproveitamento de créditos detidos naquela data pela sua controladora.

ALL Serviços (anteriormente ALL Tecnologia): Em 12 de julho de 2010, os sócios deliberaram: a) alterar a denominação social da sociedade para ALL – América Latina Logística Serviços Ltda.; b) aumentar o capital social no valor de R\$ 99, com a emissão de 99.000 quotas subscritas unicamente pela sócia ALL – América Latina Logística S.A., mediante a renúncia ao direito de preferência na subscrição e integralização das novas quotas pela outra sócia ALL – América Latina Logística Participações Ltda.

b) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste

As Companhias estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatizações e nos contratos de concessões das Malhas Ferroviárias.

Os contratos de concessão destas controladas serão extintos com a concretização dos seguintes fatos: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer a extinção de alguma das concessões, os principais efeitos serão os seguintes:

- retomarão à União todos os direitos e privilégios transferidos às Companhias, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das Companhias, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estará sujeito às avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não será considerada investimento para fins dessa indenização.

c) Reestruturação societária

Em 30 de abril de 2009, a ALL – América Latina Logística S.A. adquiriu o controle e a totalidade das ações de emissão da Santa Fé Vagões S.A., aumentando sua participação acionária nesta Companhia de 39,99% para 100,00%.

Em 15 de outubro de 2009, os quotistas da Multimodal Participações Ltda. (Multimodal) e acionistas da Nova Brasil Ferrovias S.A. (Nova BF), com base em Laudo de avaliação contábil, aprovaram a incorporação da Nova BF pela Multimodal, com a consequente extinção da Nova BF e a sucessão, pela Multimodal, de todos os direitos e obrigações da sociedade incorporada.

Em 30 de dezembro de 2009, os quotistas da Multimodal e acionistas da ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (ALL Malha Norte), ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (ALL Malha Paulista) e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (ALL Malha Oeste), com base em Laudo de avaliação contábil, aprovaram a cisão total da Multimodal Participações Ltda. e incorporação de três parcelas cindidas por ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste, com a consequente extinção da Multimodal e a sucessão, por cada uma das incorporadoras, em todos os direitos e obrigações da sociedade cindida.

Para o ágio existente na Multimodal, antes da cisão e incorporação das partes cindidas, foi constituída provisão integral em contrapartida à reserva de capital na Companhia do patrimônio líquido, conforme estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001. Simultaneamente, a controladora ALL - América Latina Logística S.A. teve seu investimento reconstituído no valor da provisão.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afetasse de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, também foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de suas incorporadoras (ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste), no valor total do ágio, conforme Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

Assim, com a cisão total da Multimodal e incorporação das partes cindidas para suas controladas, o valor total do ágio foi transferido para cada sociedade controlada pelo valor de ágio gerado por cada uma na data de aquisição:

ALL Malha Norte	R\$	2.050.356
ALL Malha Paulista	R\$	355.605
ALL Malha Oeste	R\$	123.948

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão correspondente, resultará em efeito nulo no resultado, restando o benefício fiscal que beneficiará a base de dividendos mínimos obrigatórios.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de impairment, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 14 de fevereiro de 2011.

2.1. Base de consolidação

2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ALL – América Latina Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, apresentadas abaixo:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Participação %	
	31/12/10	31/12/09
Controladas Diretas		
ALL - América Latina Logística Intermodal S.A. (ALL Intermodal)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A. (ALL Malha Oeste)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. (ALL Malha Paulista)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A. (ALL Malha Sul)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Overseas S.A. (ALL Overseas)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Participações Ltda. (ALL Participações)	100,00	100,00
Boswells S.A.	100,00	100,00
Santa Fé Vagões S.A. (Santa Fé)	100,00	100,00
Track Logística S.A.	100,00	
ALL - América Latina Logística Centro-Oeste Ltda. (ALL Centro-Oeste)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ex ALL Tecnologia)	99,99	99,90
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. (ALL Malha Norte)	98,06	97,96
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	90,96	90,96
Brado Holding S.A.	90,00	
ALL - América Latina Logística Rail Tec (ALL Rail Tec)	51,00	51,00
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	51,00	51,00
ALL Rail Management (ex-BLLSPE)	50,01	99,99
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	99,99	99,99
Controladas Indiretas		
Investidas da ALL Intermodal		
ALL - América Latina Logística Armazéns Gerais Ltda (ALL Armazéns Gerais)	100,00	100,00
Rhall Terminais Ltda.	30,00	30,00
Investida da ALL Armazéns Gerais		
PGT Grains Terminal S.A. (PGT)	100,00	100,00
Investida da ALL Malha Paulista		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
Investidas da ALL Malha Norte		
Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX)	50,00	50,00
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
Investidas da ALL Argentina		
ALL - América Latina Logística Central S.A. (ALL Central)	73,55	73,55
ALL - América Latina Logística Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica)	70,56	70,56
Investidas da ALL Participações		
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	49,00	49,00
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	9,04	9,04
ALL Rail Management (ex-BLLSPE)		0,01
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ex-ALL Tecnologia)	0,01	0,10
ALL - América Latina Logística Centro-Oeste Ltda. (ALL Centro-Oeste)	0,01	0,01
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	0,01	0,01
Investida da Brado Holding		
Brado Logistica e Participações S.A.	100,00	

A ALL Central e a ALL Mesopotâmica têm a seguinte composição de participação dos minoritários em 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Participação %	
	ALL Central	ALL Mesopotâmica
Alesia S.A.		3,64
Petersen, Tiele Y Cruz S.A.		3,06
Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos de la Nación	16,00	16,00
Outros - Pessoas físicas	4,00	4,00

ALL Argentina negociou com seu acionista minoritário Railroad Development Corporation a aquisição de sua participação acionária na ALL Central e na ALL Mesopotâmica, cujas participações eram respectivamente 6,45% e 2,74%. A negociação ainda depende de aprovação da transferência de ações pelo governo Argentino.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Até 1º de janeiro de 2010, as participações de não controladores, que representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido que não era detida pela Companhia eram apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado.

b) Controladas em conjunto

Para o investimento no Terminal XXXIX, cujo controle é compartilhado com outros acionistas, os ativos, passivos e resultados são consolidados de forma proporcional à participação no Capital Social daquela investida, linha por linha, nas demonstrações financeiras consolidadas. Suas demonstrações são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia e ajustes são realizados, se necessário, para alinhar práticas contábeis a Companhia, bem como, para eliminar a participação da Companhia nos saldos e transações intragrupo.

c) Coligadas

O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.1.2. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da América Latina Logística S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ii. Empresas da Companhia

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Prestação de serviços

A receita de venda de serviços é reconhecida quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o tomador e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição			Alíquota
			(%)
PIS	-	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS	-	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços	De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

2.5. Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.6. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A controlada indireta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão e é revisado por atuário independente anualmente. O plano possui características predominantes de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas e as contribuições são registradas no resultado quando incorridas.

2.7. Transações envolvendo pagamentos em ações

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 26.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, conforme descrito na nota explicativa 29.

2.8. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 33.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

A Companhia possui hedges de valor justo e de caixa que satisfazem os critérios acima, e são registrados da seguinte forma:

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de hedge (para instrumento de hedge derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de hedge e as mudanças do valor justo do item objeto de hedge atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de hedge.

A mudança no valor justo de um derivativo de taxa de juros designado numa relação de hedge é reconhecida no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida no resultado financeiro.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

A Companhia tem swap de taxa de juros para proteção contra a exposição a mudanças no valor justo de determinados fluxos de empréstimos. Vide nota explicativa 33 para mais detalhes.

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. Quando o item objeto de hedge for o custo

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

A Companhia utiliza contratos de swap para troca de taxas pós-fixadas por taxas pré-fixadas de determinados fluxos de financiamento. Vide nota explicativa 33 para mais detalhes.

Classificação

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.11. Ação em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.12. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Vide nota explicativa 14 para mais informações sobre a mensuração da provisão para desativação de ativos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Locomotivas 25 anos
- Vagões 30 anos
- Via permanente Limitado ao prazo da concessão 16 a 69 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.13. Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.14. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.15. Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ágios gerados nas aquisições de controladas detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros (ver nota explicativa 13). Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.16. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.17. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.18. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “disponíveis para venda”. As condições de rentabilidade dessas aplicações estão apresentadas na nota explicativa 6.

2.19. Adiantamentos para futuros aumentos de capital

A Companhia registra os valores referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos de participantes do Plano de Opções de compra de ações descrito na nota explicativa 26, em conta do patrimônio líquido, tendo em vista o controle e a expectativa que a Companhia possui para deliberação da conversão dos adiantamentos em aumento de capital.

2.20. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Compromissos de arrendamento mercantil

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa 13.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 26.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 5.080.172 (em 2009 R\$ 5.330.887). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa 10.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Adoção inicial dos CPCs

Em todos os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes. As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para rerepresentar o balanço patrimonial de abertura, após adoção dessas novas normas contábeis, em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial originalmente publicado, preparado de acordo com as normas anteriormente vigentes, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Isenções adotadas

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e na Deliberação CVM 647/10 (CPC 37) e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data da transição.

A Companhia aplicou as exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva, quando aplicável.

Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/09	01/01/09	31/12/09	01/01/09
Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	3.817.263	2.497.945	3.816.229	2.495.533
Efeitos decorrentes das novas práticas:	(237.145)	(249.509)	(236.111)	(247.097)
Diferido - Efeitos da baixa	(202.692)	(214.146)	(202.692)	(214.146)
Registro do direito de outorga - Contratos de concessão	(34.453)	(35.363)	(34.453)	(35.363)
Outros			1.034	2.412
Patrimônio Líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis	3.580.118	2.248.436	3.580.118	2.248.436

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora	Consolidado
	31/12/09	31/12/09
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores	30.275	31.653
Efeitos decorrentes das novas práticas:	4.473	3.095
Diferido - Efeitos da baixa	3.562	3.562
Registro do direito de outorga - Contratos de concessão	911	911
Outros		(1.378)
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	34.748	34.748

a) Gastos pré-operacionais – Até 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas de BR GAAP a Companhia adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Pela prática corrente, gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis devem ser lançados como despesa. Dessa forma, os saldos de R\$ 214.146 e R\$ 202.692, em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, bem como a amortização de R\$ 3.562 reconhecida durante o exercício de 2009 foram ajustados. Na controlada ALL Argentina a baixa foi de R\$ 7.285.

b) O direito de outorga relacionado às concessões, registrado no resultado no decorrer do prazo da concessão, passou a ser registrado como ativo intangível em contra partida do passivo. O ativo é amortizado durante o prazo da concessão, enquanto o passivo é corrigido e baixado pelos pagamentos.

c) Impostos diferidos – Os ajustes de transição levam a diferenças temporárias, sobre as quais normalmente a Companhia contabilizará o imposto diferido correspondente. Como o imposto diferido registrado está limitado ao realizável num horizonte razoável, não houve registro adicional de imposto diferido ativo.

5. Sociedades controladas argentinas – relação com o Poder Concedente

a) Renegociação do contrato de concessão

Durante o período de julho de 1997 a março de 2001, o Poder Executivo Nacional Argentino, mediante decreto nº 605/97, determinou à Secretaria de Transportes a renegociação de todos os contratos de concessão dos serviços de transporte ferroviário de cargas, ocorrendo inúmeras discussões e análises, resultando em uma proposta de um aditivo que acabou ficando sem efeito.

A partir da sanção da Lei nº 25.561, abriu-se um novo marco de renegociação das concessões, efetuando-se, em 10 de abril de 2002, uma apresentação perante o Ministro da Economia Argentina, por intermédio do qual continuou o andamento do processo.

Em 2003 o Poder Executivo Nacional emitiu o decreto nº 311, criando uma comissão especial para a renegociação de todos os contratos de concessão. Essa comissão funciona sob a supervisão simultânea dos Ministérios da Economia e do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços. A mudança de administração no Governo Argentino, em maio de 2003, paralisou o processo durante alguns meses e em setembro de 2003 as concessionárias foram novamente requeridas para atualização de dados e mantiveram várias reuniões com os funcionários e assessores do Ministério do Planejamento Federal.

A Lei nº 25.561 foi sucessivamente prorrogada, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2011, de acordo com o disposto pela Lei nº 26.563. Depois dessa data a ALL Central e a Mesopotâmica deverão ser chamadas para analisar um novo modelo do acordo, considerando aspectos tais como a tarifa de concessão (*Canon*) e os planos anuais de investimentos.

Em 18 de julho de 2005, foi publicado no Boletim Oficial do Governo Argentino, a Disposição 18/2005 e 19/2005 da Unidade de Renegociação e Análise de Contratos de Serviços Públicos, referente à carta de

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

entendimentos resultante das renegociações dos compromissos do contrato de concessão entre a ALL Central e ALL Mesopotâmica com o Governo Argentino. Em 20 de outubro de 2006, ALL Central e ALL Mesopotâmica assinaram com a Unidade de Renegociação e Análise de Contratos de Serviços Públicos novas cartas de entendimento em substituição a anterior. Os efeitos e compromissos decorrentes destas estão refletidos nas demonstrações financeiras, mesmo considerando que as referidas cartas deverão ser aprovadas pelo Presidente da República da Argentina. As referidas Cartas, basicamente, estabelecem o seguinte:

(i) Plano anual de investimentos

A partir de janeiro de 2006, as concessionárias deverão efetuar investimentos anuais em montante equivalente a 9,5% das receitas líquidas totais da ALL Central e ALL Mesopotâmica referentes ao exercício anterior. No período findo em 31 de dezembro de 2010 estas Companhias efetuaram investimentos no montante de R\$ 26.993 (R\$ 17.812 em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 9.042 (R\$ 8.295 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente, os quais são superiores aos compromissos mínimos assumidos.

(ii) Tarifa de concessão (“canon”)

A partir de 1º de janeiro de 2006, será considerado como valor da tarifa de concessão (“canon”), o valor correspondente a 3% das receitas líquidas totais da ALL Central e ALL Mesopotâmica referentes ao exercício anterior. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2010 estas Companhias registraram despesas de R\$ 2.762 (R\$ 3.051 em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 563 (R\$ 918 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente, tendo como contrapartida a conta de arrendamento e concessão a pagar.

As tarifas de concessão referentes aos períodos trianuais anteriores foram incluídas como parte integrante das negociações de reclamações mútuas, conforme descrito no item (iii).

(iii) Direitos e obrigações que compreendem as reclamações mútuas

A renegociação dos contratos de concessão incluiu a discussão sobre valores reclamados tanto pelo Governo Argentino como pelas concessionárias, tais como: investimentos que não foram cumpridos pelas concessionárias, montantes relacionados com tarifas de concessão de períodos anteriores e prejuízos incorridos pelas concessionárias por motivos de força maior (inundações e outras).

Com base nas cartas, ficou estabelecido que os montantes correspondentes aos saldos das reclamações mútuas, que totalizavam P\$ 79.760 e P\$ 14.480 para a ALL Central e ALL Mesopotâmica, respectivamente, em favor do Governo Argentino, tiveram suas exigibilidades extintas, passando as concessionárias a assumirem compromissos de investimentos a partir de janeiro de 2006, que não podem ser inferiores a 3,17% e 1,54%, respectivamente, sobre as receitas líquidas do exercício anterior, respeitando os montantes mínimos de P\$ 4.686 e P\$ 852, respectivamente. Os investimentos mínimos requeridos pelos compromissos das cartas estão sendo integralmente cumpridos pelas concessionárias até o momento.

b) Aprovação da transferência de ações

Em maio de 1999, a Companhia firmou contrato de compra com os cinco acionistas sobre a totalidade das ações da ALL Argentina e contrato de constituição de usufruto sobre os direitos (tanto econômicos como políticos) sobre as ações da ALL Argentina. O contrato de compra se encontra em processo de aprovação por parte do Governo Argentino que deve dar sua conformidade para efetivar a transferência de ações. O prazo do contrato de usufruto é de 20 anos, renovável automaticamente caso até o final do contrato não haja manifestação do Governo Argentino sobre a aprovação da transação. Caso a autorização seja negada pelo Governo, os cinco acionistas comprometem-se de forma irrevogável, a exercer o direito de voto sobre as ações da ALL Argentina seguindo as instruções da Companhia.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. Disponibilidades e valores equivalentes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e Bancos	4.165	210	821	17.664	33.502	23.882
Aplicações Financeiras disponíveis para venda						
CDB's	(i) 377.567	799.749	804.023	1.326.588	1.346.001	2.063.429
Taxa Pré	(ii) 110.578	325.316	109.225	332.074	1.002.493	439.283
Títulos do Governo	(iii) 97.877	18	2.292	292.832	24.779	35.280
Fundos	(iv) 1.515	14.227	13.139	5.402	166.950	80.857
	587.537	1.139.310	928.679	1.956.896	2.540.223	2.618.849
	591.702	1.139.520	929.500	1.974.560	2.573.725	2.642.731

As aplicações financeiras são representadas por:

- (i) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI (taxa média de 102% do CDI);
- (ii) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxa pré-fixada;
- (iii) investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic).
- (iv) Investimentos em Fundos – compostos principalmente por títulos do governo.

7. Clientes e operações a receber - consolidado

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contas a receber de clientes			
No Brasil	220.372	178.380	141.176
Na Argentina	34.604	23.740	36.370
	254.976	202.120	177.546
(-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa			
No Brasil	(14.674)	(5.967)	(8.616)
Na Argentina	(8.919)	(9.735)	(14.583)
	(23.593)	(15.702)	(23.199)
	231.383	186.418	154.347

Na Controladora os saldos das contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

A ALL Central vem efetuando a cobrança, em esfera administrativa, de valores decorrentes de receitas de pedágio a receber da “Unidad Ejecutora del Programa Ferroviário Provincial” (“U.E.P.F.P”) no montante de R\$ 1.997 (P\$ 4.762). A probabilidade de êxito na realização deste ativo foi classificada como provável pelos assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2010, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Anos	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido, mas sem perda por redução ao valor recuperável					Total
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	
2010	188.168	8.716	15.621	7.157	8.578	3.143	231.383
2009	82.999	14.286	15.557	26.027	21.303	26.246	186.418

8. Antecipação de Arrendamentos – consolidado

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Arrendamentos						
ALL Malha Oeste	166	2.388	183	2.554	200	2.719
ALL Malha Paulista	2.025	30.920	2.132	32.946	2.059	35.104
ALL Malha Sul	2.734	41.472	2.891	44.198	3.034	46.941
Antecipação de direito de passagem						
ALL Malha Sul	1.261	19.944	1.261	21.206	1.261	22.467
	<u>6.186</u>	<u>94.724</u>	<u>6.467</u>	<u>100.904</u>	<u>6.554</u>	<u>107.231</u>

O valor pago á vista está sendo amortizado de acordo com o prazo restante do arrendamento.

Antecipação do direito de passagem refere-se ao pagamento efetuado pela ALL Malha Sul à ALL Malha Paulista como contraprestação ao uso dos trechos de Presidente Epirácio a Rubião Júnior e Pinhalzinho/Apiaí a Iperó (SP), conforme contrato de operação dos referidos trechos por 30 anos, prazo igual de sua amortização contábil.

Os contratos de arrendamento de bens são reconhecidos no resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato, não se caracterizando como arrendamento financeiro.

9. Impostos e contribuições a recuperar – consolidado

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Ativo circulante	Realizável longo prazo	Ativo circulante	Realizável longo prazo	Ativo circulante	Realizável longo prazo
Controladora						
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	44.966	9.859	35.179	6.599	64.729	4.535
IR e CS a recuperar - antecipações	5.108		8.592		6.541	
Outros	751		952		402	
	<u>50.825</u>	<u>9.859</u>	<u>44.723</u>	<u>6.599</u>	<u>71.672</u>	<u>4.535</u>
Controladas						
ICMS	96.898	67.503	76.668	68.272	60.150	55.545
Imposto sobre valor agregado-IVA	5.007	3.124	4.465	2.926	4.496	6.269
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	45.983	5.390	69.344	5.196	140.700	4.999
IR e CS a recuperar - antecipações	22.962	3.430	28.614	2.620	24.896	2.620
COFINS- majoração de alíquota	3.880		3.597		7.154	
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	47.141	120.422	45.662	127.496		
IPI	-	102.757	807	101.961	21.767	167.461
Outros	4.272	1.107	4.015	839	6.285	838
	<u>226.143</u>	<u>303.733</u>	<u>233.172</u>	<u>309.310</u>	<u>265.448</u>	<u>237.732</u>
Consolidado	<u>276.968</u>	<u>313.592</u>	<u>277.895</u>	<u>315.909</u>	<u>337.120</u>	<u>242.267</u>

As Companhias ALL Malha Sul e ALL Intermodal mantêm registrado crédito prêmio de IPI adquiridos de terceiros, gerados em períodos anteriores a Outubro de 1990. O crédito é decorrente de ação ordinária transitada em julgado e foi transferido através de cessão de créditos. O objetivo inicial desta aquisição foi de compensar estes créditos com outros débitos de impostos federais. Essas compensações foram glosadas pelo fisco e

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

estavam sendo discutidas em juízo. Os tributos foram atualizados e incluídos no programa Refis no exercício de 2009.

O crédito registrado, no montante de R\$ 102.757 (R\$ \$ 101.961 em 31 de dezembro de 2009), está líquido de provisão para ajuste a valor presente, considerando o histórico atual de realização através de precatórios da Receita Federal e a diferença entre a taxa de atualização desses títulos e o CDI na data do balanço.

A Companhia e suas controladas não esperam incorrer em nenhuma perda na realização destes créditos.

10. Impostos sobre o lucro - consolidado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro(Prejuízo) antes dos tributos	301.788	40.024	208.611	(214.673)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa alíquota nominal	(102.608)	(13.608)	(70.928)	72.989
Ajustes do imposto por:				
Diferença de alíquota sobre investimento no exterior				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	108.432	55.035	666	(1.112)
Diferença de alíquota em empresas tributadas pelo lucro presumido			9.133	8.304
IRPJ e CSL constituído (baixado ou não constituído) no exercício	(62.802)	(49.984)	65.583	135.526
Adição e exclusão de efeitos da Lei 11941/09		(170)		12.573
Registro de opções outorgadas de ações	(1.891)	(1.725)	(7.203)	(5.929)
Custos de captação debêntures capitalizadas		6.609		6.609
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM			50.274	28.090
Outras diferenças permanentes	(3.040)	(1.433)	(10.275)	(2.227)
Receita(despesa) efetiva	(61.909)	(5.276)	37.250	254.823
Provisão para impostos correntes	(6.307)	(4.710)	(45.150)	(42.028)
Impostos diferidos	(55.602)	(566)	82.400	296.851

Em 31 de dezembro de 2010, os créditos de imposto de renda e de contribuição social diferidos da controladora foram revisados pela Administração, que optou por reverter os créditos tendo em vista que a controladora não possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para realização dos prejuízos fiscais, das bases negativas e das diferenças temporais.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados são:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora	31/12/09	01/01/09
	Realizável	Realizável
	longo prazo	longo prazo
Créditos de imposto de renda		
Sobre prejuízos fiscais	33.918	36.565
Sobre diferenças temporais	6.762	6.982
	<u>40.680</u>	<u>43.547</u>
Créditos de contribuição social		
Sobre base negativas	12.211	13.166
Sobre diferenças temporais	2.432	2.513
	<u>14.643</u>	<u>15.679</u>
	<u>55.323</u>	<u>59.226</u>
Consolidado	31/12/10	31/12/09
	Realizável	Realizável
	longo prazo	longo prazo
Créditos de imposto de renda		
Sobre prejuízos fiscais	198.602	210.841
Sobre diferenças temporais	140.821	78.134
	<u>339.423</u>	<u>288.975</u>
Créditos de contribuição social		
Sobre base negativas	67.671	72.699
Sobre diferenças temporais	50.298	27.731
	<u>117.969</u>	<u>100.430</u>
	<u>457.392</u>	<u>389.405</u>

A Companhia e suas controladas registram créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições do CPC 32. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade em três dos últimos cinco anos e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte não superior a dez anos.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
2011	37.518
2012	57.746
2013	40.479
2014	38.612
2015	37.085
Após 2016	<u>245.952</u>
Total	<u>457.392</u>

As controladas indiretas ALL Central e ALL Mesopotâmica, baseadas na expectativa de geração de resultados futuros e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, reconheceram créditos de imposto de renda diferido que montam R\$ 11.729 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 10.583 em 31 de dezembro de 2009). Os prejuízos fiscais, segundo a legislação tributária argentina, prescrevem em um prazo de 5 anos, período considerado suficiente pela administração para a integral recuperação do imposto diferido.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nas controladas ALL Intermodal, ALL Malha Oeste e ALL Malha Sul, os créditos tributários sobre prejuízos não foram reconhecidos tendo em vista o histórico de prejuízos fiscais registrados nos últimos anos.

Com base na expectativa de geração de resultados futuros, e o histórico de lucratividade, as controladas ALL Malha Paulista e ALL Malha Norte registram em 31 de dezembro de 2010, créditos ativos de R\$ 287.707 (R\$ 224.784 em 2009) e R\$ 116.112 (zero em 2009), respectivamente, sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

Os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias detidos pelas empresas consolidadas, são:

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Prejuízos fiscais e bases negativas						
ALL S.A. (controladora)	176.420	176.447	184.915	184.942	146.261	146.288
ALL Argentina - consolidado	31.262		25.437		2.242	
ALL Intermodal	7.116	7.549	16.764	16.599	9.662	10.020
ALL Malha Norte	857.831	893.384	996.949	997.722	1.052.658	1.053.089
ALL Malha Oeste	385.103	383.614	377.810	376.321	357.782	356.293
ALL Malha Paulista	999.379	1.000.154	960.319	961.093	960.318	961.093
ALL Malha Sul	69.783	70.226	104.834	105.278	140.607	141.050
Santa Fé Vagões	10.952	10.952	10.952	10.952		
	<u>2.537.846</u>	<u>2.542.326</u>	<u>2.677.980</u>	<u>2.652.907</u>	<u>2.669.530</u>	<u>2.667.833</u>
Diferenças temporárias						
ALL S.A. (controladora)	118.674	118.674	125.006	125.006	27.925	27.925
ALL Argentina - consolidado	3.235		3.143		18.848	
ALL Intermodal	21.433	21.433	14.731	14.731	14.359	14.359
ALL Malha Norte	168.308	168.308	197.461	197.461	139.551	139.551
ALL Malha Oeste	41.054	41.054	48.376	48.376	61.154	61.154
ALL Malha Paulista	179.816	179.816	265.056	265.056	331.304	331.304
ALL Malha Sul	246.034	246.034	155.560	155.560	98.322	98.322
Santa Fé Vagões	1.208	1.208	1.208	1.208		
	<u>779.762</u>	<u>776.527</u>	<u>810.541</u>	<u>807.398</u>	<u>691.463</u>	<u>672.615</u>

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre o resultado**abrangente****Imposto de renda e contribuição social correntes**

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes	(45.150)	(42.028)

Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Relativo à constituição e reversão de diferenças temporárias	85.254	44.253
--	--------	--------

Relativo a constituição e realização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>(17.267)</u>	<u>180.307</u>
--	-----------------	----------------

Despesas de imposto de renda e contribuição social apresentadas na demonstração do resultado

	<u><u>22.837</u></u>	<u><u>182.532</u></u>
--	----------------------	-----------------------

Efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre o resultado**abrangente**

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidas relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:		

Ganho (perda) de marcação a mercado - hedge	3781	(2.586)
---	------	---------

Ganho (perda) marcação a mercado - ativos financeiros disponíveis para venda	<u>(243)</u>	<u>(2.645)</u>
--	--------------	----------------

	<u><u>3.538</u></u>	<u><u>(5.231)</u></u>
--	---------------------	-----------------------

Os créditos tributários diferidos dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias estão parcialmente registrados no balanço em 31 de dezembro de 2010 no montante consolidado de R\$ 457.392 (R\$ 389.405 em 2009) e referem-se a:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado	
	2010	2009
Prejuízos fiscais	864.433	891.923
Provisão para remuneração variável	13.442	818
Provisão para créditos de impostos	40.251	36.516
Provisão para questões fiscais	9.585	9.635
Provisões trabalhistas	48.017	50.245
Provisão para questões cíveis	8.059	8.077
Provisão créditos liquidação duvidosa	9.135	6.400
Operações de Hedge a liquidar	2.946	4.963
Provisões	22.564	23.396
Arrendamento mercantil financeiro	67.351	60.114
Outros	4.374	4.609
Total dos créditos fiscais	1.090.157	1.096.696
(-) Créditos não registrados	632.765	707.291
(=) Créditos líquidos registrados	457.392	389.405
Refletido no balanço da seguinte forma:		
Ativo fiscal diferido	457.392	389.405
	457.392	389.405
Reconciliação do ativo fiscal diferido		
Saldo de abertura	389.405	164.845
Receita/(Despesa) de imposto reconhecida na resultado	82.400	296.851
IRPJ/CSL realizados no Refis	(17.950)	(100.635)
Créditos registrados no resultado abrangente	3.537	2.645
Créditos reconhecido no patrimônio líquido		25.699
Saldo em 31 de dezembro de 2010	457.392	389.405

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas controladas brasileiras são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros de acordo com os critérios da legislação fiscal.

11. Debêntures privadas

Em 02 de outubro de 2006, a controlada Novoeste Brasil (incorporada pela Multimodal Participações Ltda.), aprovou emissão privada de até 15.000 debêntures nominativas não conversíveis em ações escriturais (primeira emissão) no valor unitário de R\$ 10.000,00 da espécie subordinada, das quais foram emitidas 5.350.

Com a cisão parcial da Multimodal Participações Ltda., o saldo devedor das debêntures foi incorporado pela sua controlada ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., em 22 de novembro de 2010, a controlada ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., aprovou o pré-pagamento da debênture incorporada pela cisão da Multimodal Participações Ltda.

Em 21 de junho de 2010, a controlada ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., aprovou a emissão privada de duas séries de 25.000 debêntures não conversíveis em ações escriturais (primeira série), da espécie subordinada no valor unitário de R\$ 10.000,00 por debênture, das quais somente a primeira série no valor total de R\$ 250 milhões, foi emitida.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os saldos dessas debêntures estão registrados na controladora como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	Realizável longo prazo		
						31/12/10	31/12/09	01/01/09
ALL Malha Paulista	02/10/06	53.501	02/10/16	CDI + 4%	14,94%		109.691	98.001
ALL Malha Sul	01/06/10	250.000	01/06/23	102% do CDI	13,06%	265.397		
						<u>265.397</u>	<u>109.691</u>	<u>98.001</u>

12. Investimentos**a) Participações em controladas e coligadas**

Quantidade de ações /quotas possuídas							% Participação					
ON/Quotas			PN				Total			Votante		
31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ALL Intermodal	76.472.803	63.844.232	63.844.232				100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Malha Oeste	459.057.998	459.057.998	53.894.164	19.402.076	19.402.076	2.277.836	100,00%	100,00%	11,74%	100,00%	100,00%	11,74%
ALL Malha Paulista	702.275.954	702.275.954		1.298.592.011	1.298.592.011		100,00%	100,00%		100,00%	100,00%	
ALL Malha Sul	119.732.540.853	12.581.336.962	12.581.336.962	182.160.427.321	19.141.176.667	19.141.176.667	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Overseas	12.000	12.000	12.000				100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Boswells	3.265.000	3.265.000	1.865.000				100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Fé	17.600.000	100.000	50.000	17.600.000	100.000	29.996	100,00%	100,00%	39,99%	100,00%	100,00%	39,99%
Track Logística	1.000						100,00%			100,00%		
ALL Centro-Oeste	499.999	499.999					99,99%	99,99%		99,99%	99,99%	
ALL Equipamentos	25.244.748	25.244.748					99,99%	99,99%		99,99%	99,99%	
ALL - Serviços (ex ALL Tecnologia)	99.999	999					99,99%	99,90%		99,99%	99,90%	
ALL Rail Management (ex-BLLSPE)	10.001	499	499				50,01%	99,99%	99,99%	50,01%	99,99%	99,99%
ALL Participações	11.878.448	11.878.448	11.878.448				100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	99,99%
ALL Malha Norte	690.110.709	687.289.249		3.686.980	2.949.584		98,06%	97,96%		98,06%	97,96%	
ALL Argentina	3.000.288	3.000.288	3.000.288	5.825.560	5.825.560	5.825.560	90,96%	90,96%	90,96%	90,96%	90,96%	90,96%
Brado Holding	450						90,00%			90,00%		
ALL Rail Tec	420.750	5.100	5.100				51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
ALL Sisa	10.200	10.200	10.200				51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Multimodal Participações			2.186.474.844						100,00%			100,00%

Controladas / coligadas			Equivalência patrimonial	Controladora							
				Valor dos investimentos			Ágio			Dividendos	
Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Dividendos distribuídos	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	Recebidos
Controladas Diretas											
ALL Argentina (i)	24.237	(7.622)	(6.935)	(25.635)	31.919	38.835	89.032				
ALL Centro-Oeste (ii)	206	(247)	(247)	(3)	206	453					
ALL Equipamentos (ii)	25.245	20.320	20.318	2.716	25.242	25.242					20.320
ALL Intermodal	138.793	(5.944)	(5.944)	(4.928)	138.793	122.637	127.566				
ALL Malha Norte	772.847	341.489	334.478	208.137	761.621	423.220		2.032.965	2.049.116		
ALL Malha Oeste	100.429	(16.176)	(16.176)	(5.826)	100.429	112.470	6.441	117.842	123.557		
ALL Malha Paulista	107.995	85.963	85.963	(2.435)	107.995	17.861		344.979	355.336		
ALL Malha Sul	296.074	(96.064)	(96.064)	(209.300)	296.074	73.190	113.485				
ALL Overseas	4.817			(6)	4.817	5.033	6.763				
ALL Rail Management	20	373	373	187	10						186
ALL Serviços (ii)	100	3.824	3.826	3.824	100	1					3.824
ALL Sisa	6				3	4	6				
Boswells	11.728	(693)	(693)	(11.648)	11.728	12.344	21.805				
Brado Holding	1										
Multimodal Partic. (iii)				226.637			1.999.602				
Rail Tec	627	(30)	(15)	330	320	335	1				
Santa Fé Vagões	12.412	(4.147)	(4.147)		12.412			250	300	350	
Logispar										105.939	
			<u>314.549</u>	<u>178.211</u>	<u>1.491.669</u>	<u>831.625</u>	<u>2.364.701</u>	<u>2.496.036</u>	<u>2.528.309</u>	<u>106.289</u>	

A Controladora registra o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), no subgrupo de Investimentos e no balanço consolidado no subgrupo do Ativo Intangível, conforme destacado na nota explicativa 13.

- (i) A ALL Argentina possui registrado em seu Patrimônio Líquido um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 109.200 (R\$ 119.170 em 31 de dezembro de 2009) efetuado pela ALL Holding, que reconhece o AFAC integralmente em seu investimento até que seja integralizado.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (ii) Em novembro de 2009, essas empresas foram alienadas pela Multimodal à ALL, anteriormente à sua cisão.
- (iii) Em 30 de dezembro de 2009, houve a cisão total da Multimodal com a incorporação das partes cindidas por ALL Malha Norte, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste, conforme descrito na nota explicativa 1c.
- (iv) A ALL Malha Norte possui registrado em seu Patrimônio Líquido um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 194.153, efetuado pela ALL Holding, que reconhece o AFAC integralmente em seu investimento até que seja integralizado.

b) Controladas com patrimônio líquido negativo

Relativamente àquelas controladas que apresentam patrimônio líquido negativo, foi constituída a respectiva provisão, a qual está sendo apresentada no grupo de passivo não circulante no balanço patrimonial, e foi computada da seguinte forma:

	Controladas		Controladora				
	Passivo a descoberto	Resultado do período	Movimentação da provisão para		Provisão para		
			Passivo a descoberto no exercício		Passivo a descoberto		
			31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Controladas Diretas							
ALL Participações	(7.661)	(687)	(687)	(2.544)	7.661	7.965	8.663
Santa Fé				(9.328)		13.741	173
			<u>(687)</u>	<u>(11.872)</u>	<u>7.661</u>	<u>21.706</u>	<u>8.836</u>

c) Ganho em investimentos

Ganho no valor de R\$ 418, registrado pelo aumento da participação na controlada ALL Malha Norte passando de 97,96% para 98,06%.

d) Investimentos no balanço consolidado

Avaliados pela equivalência patrimonial	Valor contábil dos investimentos	
	31/12/10	31/12/09
Rhall Terminais	1.994	1.615
TGG	5.489	3.651
	<u>7.483</u>	<u>5.266</u>

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13. Intangível – consolidado

		31/12/10			31/12/09	01/01/09	% Taxas médias anuais de amortização
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
Ágio na aquisição de investimentos							
ALL Argentina	(ii)	45.830	(31.030)	14.800	17.434	27.702	6,81%
ALL Malha Oeste	(i)	124.339	(6.497)	117.842	123.557	128.247	3,54%
ALL Malha Paulista	(i)	355.873	(10.894)	344.979	355.336	50.257	1,96%
ALL Malha Norte	(i)	2.054.448	(21.483)	2.032.965	2.049.116	2.372.303	0,53%
Santa Fé	(i)	1.155	(905)	250	477	350	10,00%
Logispar						105.939	5,94%
		2.581.645	(70.809)	2.510.836	2.545.920	2.684.798	
Direito de outorga - Contratos concessões (iii)							
ALL Malha Oeste		3.118	(1.520)	1.598	1.684	1.770	3,33%
ALL Malha Paulista		7.891	(3.170)	4.721	4.877	5.035	3,33%
ALL Malha Sul		10.830	(5.025)	5.805	6.012	6.222	3,33%
		21.839	(9.715)	12.124	12.573	13.027	
Sistemas aplicativos - <i>software</i> e outros		32.135	(19.995)	12.140	15.978	36.507	20,00%
		2.635.619	(100.519)	2.535.100	2.574.471	2.734.332	

O ágio registrado no Investimento da controladora está classificado no Intangível no consolidado.

- (i) O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões.
- (ii) Na ALL Argentina o ágio é fundamentado em rentabilidade futura quando da aquisição das ações da ALL Central e ALL Mesopotâmica, em 26 de maio de 1999, sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão. O valor original constituído em pesos argentinos é de P\$ 67.657.
- (iii) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL Malha Oeste, ALL Malha Paulista e ALL Malha Sul, amortizado pelo prazo do contrato.

Teste de perda no valor recuperável do ágio

O ágio pago em combinações de negócios foi alocado a dois grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGC), para fins de teste anual de perda no valor recuperável, como a seguir demonstrado:

- Malha Norte (composta pelas empresas ALL Malha Paulista, ALL Malha Oeste e ALL Malha Norte); e
- Malha Argentina (composta pelas empresas que atuam na Argentina).

Malha Norte

O valor recuperável da Malha Norte foi determinado em dezembro de 2010, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,9% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são perpetuados utilizando uma taxa de crescimento de 1,0%, que a Companhia considera conservadora em relação ao crescimento projetado para o Brasil. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou necessidade de provisão para perda no valor recuperável para esse grupo de UGC, ao qual está alocado um ágio de R\$ 2.495.786 (R\$ 2.528.009 em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Malha Argentina

Em dezembro de 2009, a Companhia reconheceu provisão para perda do valor integral correspondente ao ágio da Malha Argentina, tendo em vista o momento econômico daquele país. Em dezembro de 2010, a Companhia reavaliou o valor recuperável da Malha Argentina através de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções futuras de fluxo de caixa em dólares americanos considerando orçamentos financeiros aprovados pela alta administração, cobrindo um período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, é de 11,89% a.a. (em USD). Como resultado dessa análise, a Administração não identificou necessidade de provisão para perda no valor recuperável do saldo de ágio alocado a esta UGC, no valor de R\$ 14.800 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 17.434 em 2009).

14. Imobilizado – consolidado

	31/12/10			31/12/09	01/01/09	% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	
Benfeitorias em bens de terceiros						
Locomotivas	949.302	(301.420)	647.882	550.314	489.911	4,00%
Vagões	578.926	(172.134)	406.792	286.604	249.221	3,33%
Via permanente	1.732.439	(301.945)	1.430.494	1.141.574	854.805	4,29%
Outros	210.092	(63.852)	146.240	105.263	115.368	5,34%
	3.470.759	(839.351)	2.631.408	2.083.755	1.709.305	
Imobilizado próprio em operação						
Locomotivas	573.280	(133.280)	440.000	444.659	895.185	4,00%
Vagões	347.342	(95.606)	251.736	242.250	504.785	3,33%
Via permanente	1.018.685	(134.628)	884.057	894.134	249.710	0,91%
Almoxarifado de bens de uso	99.569		99.569	110.804	45.174	
Terrenos	31.206		31.206	19.921	19.921	
Edificações	62.425	(23.557)	38.868	39.917	41.578	5,20%
Móveis e utensílios	14.029	(10.729)	3.300	4.034	3.039	10,00%
Veículos rodoviários	43.230	(24.904)	18.326	19.020	27.097	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	83.784	(53.337)	30.447	25.004	8.754	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	49.097	(34.076)	15.021	17.897	21.247	9,70%
Equipamentos para manutenção de via permanente e transporte ferroviário	119.652	(48.105)	71.547	90.641	95.055	9,94%
Aeronave	11.752	(1.368)	10.384	12.475	11.479	10,00%
Máquinas e equipamentos	1.375	(1.302)	73	2.104	1.236	10,00%
Outros	104.584	(34.535)	70.049	58.544	124.412	10,00%
	2.560.010	(595.427)	1.964.583	1.981.404	2.048.672	
Arrendamento mercantil						
Locomotivas	263.437	(59.419)	204.018	178.875	660.302	4,00%
Vagões	791.034	(221.134)	569.900	680.212	91.299	3,33%
Caminhões	3.146	(1.348)	1.798	2.473		21,43%
Obras civis	19.503	(3.186)	16.317	16.120		9,09%
Equipamentos	17.290	(2.974)	14.316	16.041		10,00%
	1.094.410	(288.061)	806.349	893.721	751.601	
Imobilizações em andamento						
Locomotivas	145.225		145.225	51.129	92.753	
Vagões	134.072		134.072	60.433	34.765	
Via permanente	191.802		191.802	100.525	76.411	
Veículos rodoviários	51		51	15	488	
Outros	138.465		138.465	80.219	12.663	
	609.615		609.615	292.321	217.080	
	7.734.794	(1.722.839)	6.011.955	5.251.201	4.726.658	

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Síntese da Movimentação do Ativo Imobilizado:

Classes do Imobilizado	31/12/09	Aquisições	Baixas	Juros sobre obras em andamento	Depreciação	31/12/10
Locomotivas	994.973	133.045			(40.136)	1.087.882
Vagões	528.854	152.999	(4.191)		(19.134)	658.528
Via permanente	2.035.708	426.189	(66.952)		(80.394)	2.314.551
Arrendamento mercantil	893.721	54.517			(141.889)	806.349
Imobilizações em andamento e ativos em construção	292.321	264.845		52.449		609.615
Outros	505.624	95.847	(4.104)		(62.337)	535.030
TOTAL	5.251.201	1.127.442	(75.247)	52.449	(343.890)	6.011.955

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram capitalizadas, às contas de imobilizações em andamento, R\$ 52.449 (R\$ 20.099 em 31 de dezembro de 2009) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. Esta transação não afeta o fluxo de caixa.

Com base no CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia revisou a vida útil de seu ativo imobilizado e definiu uma nova estimativa de vida útil para o exercício de 2010, conforme segue:

Classe de Imobilizado	Depreciação Anterior	Depreciação Atual
Locomotivas	5,84% a 11,95%	4%
Vagões	6,96 % a 14,28%	3,33%

A avaliação da companhia é de que a vida útil dos demais bens do ativo imobilizado está adequada, e, portanto não sofreu alterações.

A alteração das novas taxas de vida útil econômica e a alteração do valor depreciável dos bens considerando seu valor residual gerou um efeito positivo no resultado do exercício de R\$ 79.583.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 1.094.410 (em 2009 R\$ 1.027.488). Houve adições ao imobilizado durante o exercício no valor de R\$ 202.255 (em 2009 R\$ 297.263) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro, que são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos. Estas adições não afetam o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 17.1, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15. Empréstimos e financiamentos

	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Controladora						
Em moeda nacional						
Bancos Comerciais	107% do CDI	11,44%	Julho de 2015	209.416	207.368	211.846
			Trimestrais/Mensais Até			
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	7,80%	junho de 2017	62.872	62.820	62.887
Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com swap para CDI)						
Operações de "swap"				(6.782)	(1.575)	(94)
Total controladora				265.506	268.613	274.639
Controladas						
Em moeda nacional						
ALL Malha Sul				1.477.480	1.308.169	1.287.350
CCB	108% do CDI		Julho de 2010		114.372	116.569
	CDI + 1,25%	12,02%	Setembro de 2015	329.173	326.971	328.429
	CDI + 1,23%	12,00%	Outubro de 2014	106.488	95.670	85.800
Investimentos						
BNDES	TJLP + 6,63%	13,37%	Trimestrais/mensais Até abril de 2012			66.641
	TJLP + 5,25%	11,25%	Trimestrais/Mensais Até abril de 2010		6.980	27.770
	TJLP + 2,5%	8,50%	Trimestrais/Mensais Até junho de 2017	272.127	271.901	326.521
	TJLP + 1,4%	7,40%	Trimestrais/Mensais Até junho de 2022	257.077	80.254	
	TJLP + 1,5%	7,50%	Trimestrais/Mensais Até junho de 2022	8.051	8.051	8.041
	TJLP + 1,8%	7,80%	Trimestrais/Mensais Até junho de 2017	138.007	138.007	58.207
NCC	105,9% do CDI	11,27%	Julho de 2015	56.260	61.345	62.388
	107,0 % do CDI	11,38%	Março de 2013	204.683	203.206	205.374
FINAME	102,0% do CDI	10,85%	Julho de 2013	73.920		
	101,0% do CDI	10,76%	Julho de 2013	30.481		
	TJLP + 3,75%	9,75%	Janeiro de 2017	1.213	1.412	1.610
ALL Intermodal						
Investimentos BNDES				15.145	23.512	32.477
FINAME						
	TJLP + 3,6%	9,60%	Trimestrais/Anuais Até dezembro de 2013	15.145	23.512	32.477
ALL Malha Paulista						
Investimentos BNDES				304.377	259.454	284.168
	TJLP + 1,4% a.a.	7,40%	Trimestrais/Mensais Até junho de 2020	172.129	126.942	151.777
	TJLP + 1,5%	7,50%	Trimestrais/mensais Até Outubro de 2022	4.961	4.951	4.933
CG	TJLP + 2,5%	8,50%	Trimestrais/mensais Até Outubro de 2017	107.024	108.698	108.379
	IGP-M	IGP-M	Janeiro de 2023	20.263	18.863	19.079
ALL Malha Norte						
Investimentos BNDES				831.964	880.202	920.878
	TJLP + 1,5% a.a.	7,50%	Trimestrais/Anuais Até setembro 2016	460.775	569.261	676.940
	TJLP + 3%	9,00%	Trimestrais/Anuais Até janeiro de 2016	160.037	191.519	222.735
	TJLP + 2,71%	8,71%	Trimestrais/mensais Janeiro de 2029	162.474	80.281	
Leasing	TJLP +1,4%	7,40%	Trimestrais/mensais Janeiro de 2020	46.672	29.630	4.801
	CDI + 1,5%	12,30%	Março de 2011	2.006	9.511	16.402

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Continuação						
ALL Malha Oeste	Encargos anuais	Taxa efetiva	Vencimento	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Investimentos BNDES				52.388	36.656	
			Trimestrais/mensais			
	TJLP + 1,4%	7,40%	Até Junho de 2020	52.388	36.656	
Terminal XXXIX						
Investimentos - BNDES				1.272	2.544	3.887
			Trimestrais/Anuais Até			
	TJLP + 4,5%	10,50%	dezembro 2011	1.272	2.544	3.887
Santa Fé Vagões						
Bancos Comerciais					1.141	6.057
					1.141	6.057
				2.682.626	2.511.678	2.534.817
Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI)						
ALL Malha Sul						
Operações de swap				605	2.735	(7.431)
ALL Malha Norte						
Operações de swap				7.537	9.033	3.826
ALL Intermodal						
Operações de swap					57	(52)
ALL Malha Paulista						
Operações de swap				386		
Boswells						
Operações de swap						4.887
				8.528	11.825	1.230
Em moeda nacional						
ALL Malha Sul						
Operações de swap				6.638	1.902	
				6.638	1.902	
Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao Peso Argentino - P\$)						
ALL Argentina				75.752	80.783	82.800
Bancos Comerciais	17,00%	17,00%	Janeiro de 2011	1.394	12.888	17.587
Hipotecário - Dívida 4	6,30%	6,30%	Outubro de 2011	5.017	16.813	8.249
Itaú Argentina - Dívida 6	18,75%	18,75%	Janeiro de 2011	29.632	41.238	51.456
Patagonia - Dívida 5	14,80%	14,80%	Julho de 2011	6.372		
Santander - Dívida 1	15,20%	15,20%	Novembro de 2011	12.708		
Citibank - Dívida 3	16,25%	16,25%	Julho de 2011	15.518		
Capital de giro	16,50%	16,50%	Janeiro de 2011	5.111	9.844	5.508
Total das controladas				2.773.544	2.606.188	2.618.847
Total consolidado				3.039.050	2.874.801	2.893.486
Parcela no circulante				(385.523)	(418.934)	(375.200)
Parcela no exigível a longo prazo				2.653.527	2.455.867	2.518.286

Composição por ano de vencimento da parcela exigível a longo prazo:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/10
2012	333.340
2013	751.095
2014	589.456
2015	386.478
2016	169.115
A partir de 2017	424.043
Total	2.653.527

Abreviaturas:

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
 FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
 TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
 CCB - Cédula de Crédito Bancário
 NCC - Nota de Crédito Comercial
 CG - Capital de Giro
 IGP-M - Índice Geral de Preços-Mercado

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram entregues notas promissórias, nos mesmos montantes e condições do total financiado, salvo para o financiamento de locomotivas e vagões, em que os mesmos são dados em garantia.

Os contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo entre 1,0% e 2,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução.

Quando a Companhia toma financiamentos em moeda estrangeira, há contratação de "swap" para a proteção cambial do real frente ao dólar.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das Informações Trimestrais utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

Exercício	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado	3,0	3,0	3,0	2,5	2,5

A *covenant* EBITDA sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior “ALL Argentina”. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Exercício	2010	2011	2012	2013	2014
EBITDA/Resultado financeiro consolidado	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

16. Debêntures - consolidado

As emissões de debêntures da controladora e suas controladas apresentam os seguintes saldos:

Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
						Passivo circulante	Exigível longo prazo	Passivo circulante	Exigível longo prazo	Passivo circulante	Exigível longo prazo
Controladora											
4ª emissão	01/10/04	135.000	01/10/09	110% do CDI	15,24%					137.912	
5ª emissão	01/09/05	199.050	01/09/14	CDI + 2,40%	13,89%	7.333	198.501	6.236	197.550	9.861	197.192
6ª emissão	01/07/06	550.570	01/07/14	CDI + 2,40%	13,71%	171.145	406.810	25.903	544.385	51.801	700.000
7ª emissão - (i)	17/11/09	5	02/10/12	IPCA + 3%	8,79%		6		5		
						178.478	605.317	32.139	741.940	199.574	897.192
Controladas Diretas											
ALL Malha Sul											
3ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% CDI	12,09%	16.420	158.571	2.197	162.397	6.917	161.834
ALL Malha Norte											
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	7,50%	34.221	224.085	9.324	248.982	9.312	248.683
2ª emissão	10/04/00	60.000	01/05/15	TJLP + 4%	10,00%	10.781	43.121	9.766	48.829	9.652	46.796
3ª emissão	14/01/02	40.000	04/05/15	TJLP + 4%	10,00%	6.911	27.644	6.261	31.303	34.496	
5ª emissão	03/12/03	60.000	03/12/09	CDI + 1,50%						2.706	
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	12,11%	7.192	162.960	5.755	162.397	6.917	161.834
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% RL			80.961		95.661	15.058	71.863
						59.105	538.771	31.106	587.172	78.141	529.176
ALL Malha Paulista											
1ª emissão	10/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	12,11%	7.192	162.960	5.755	162.397	6.736	161.834
						7.192	162.960	5.755	162.397	6.736	161.834
Consolidado						261.195	1.465.619	71.197	1.653.906	291.368	1.750.036

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram a 7ª emissão privada de 10.750.000 debêntures subordinadas, conversíveis em ações no valor de até R\$ 1.300.750 na data de emissão, sendo certo que poderia haver colocação parcial das debêntures, caso o montante subscrito e integralizado atingisse, ao menos R\$ 350.000, conforme os termos e condições constantes da Ata da Assembléia Geral Extraordinária.

Conforme Fato Relevante divulgado em 17 de novembro de 2009, houve a subscrição e integralização de 10.682.093 debêntures, com a captação de R\$ 1.292.533.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de novembro de 2009, os conselheiros homologaram aumentar o capital social da Companhia no valor de R\$ 1.292.528, mediante a conversão em ações de 10.682.050 debêntures relativas à 7ª emissão, conforme detalhado na nota explicativa 25. Desta operação, 43 debêntures não foram convertidas em ações e permanecem registradas no passivo.

17. Arrendamento mercantil – consolidado**17.1 Arrendamento mercantil financeiro**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

A Companhia e suas controladas incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis financeiros são:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Bens	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
ALL Malha Sul						
Vagões	67.358	336.980	72.017	387.395	60.062	426.348
ALL Malha Norte						
Locomotivas e vagões	72.584	414.899	60.216	418.505	68.098	323.819
ALL Malha Paulista						
Locomotivas	99.412	104.868	11.031	125.447	657	657
	<u>239.354</u>	<u>856.747</u>	<u>143.264</u>	<u>931.347</u>	<u>128.817</u>	<u>750.824</u>

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos relacionados aos respectivos contratos.

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Bens	Total dos futuros pagamentos		
	Até 1	De 1 a 5	Acima de 5
ALL Malha Sul			
Vagões	106.455	387.589	120.183
ALL Malha Norte			
Locomotivas e vagões	160.190	591.130	379.573
ALL Malha Paulista			
Locomotivas/vagão	32.587	148.544	470.740
	<u>299.232</u>	<u>1.127.263</u>	<u>970.496</u>

17.2 Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguel de veículos, sistemas aplicativos (*softwares*), vagões e imóveis. A Companhia e suas controladas não têm nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

A Companhia e suas controladas eram contraparte em operação de arrendamento mercantil operacional, com os seguintes montantes de pagamento mínimo:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Bens		Total dos pagamentos mínimos futuros		
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Veículos	(i)	2.438	813	Não há
Sistemas aplicativos	(ii)	1.461		Não há
Imóveis	(iii)	916		Não há
		4.815	813	

- (i) Contratos de aluguel de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2010) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de Abril de 2011.
- (ii) Contratos de uso dos sistemas aplicativos têm vigência por período indeterminado, podendo ser renovado anualmente com correção anual.
- (iii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.

18. Arrendamentos e concessões - consolidado

A Companhia e suas controladas registram suas obrigações relacionadas aos contratos de Arrendamento, linearmente de acordo com os prazos dos mesmos. Os valores no longo prazo referem-se a valores não pagos em decorrência de discussões quanto às condições dos contratos e/ou parcelas apropriadas durante o período de carência dos mesmos.

O saldo a pagar de concessões equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço.

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Arrendamento						
ALL Malha Sul	12.105	36.237	10.930	36.040	11.126	40.061
ALL Argentina	14.972		13.120		13.543	
ALL Malha Paulista		549.415		500.933		450.698
ALL Malha Oeste		435.403		374.690		322.365
Concessão						
ALL Malha Sul	3.954	18.965	1.096	19.791	1.580	20.000
ALL Malha Paulista	2.806	44.123	896	41.625	795	39.426
ALL Malha Oeste	1.445	30.666	512	27.537	487	25.036
	35.282	1.114.809	26.554	1.000.616	27.531	897.586

As condições dos contratos de arrendamento e concessão são:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Contratos de arrendamento e concessão						
	Prazo em anos	Valor do contrato	Valor pago á vista	Saldo	Parcelas trimestrais	Início do pagamento	Índice de atualização
Arrendamentos							
ALL Malha Oeste	30	56.440	4.969	51.471	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	230.160	52.793	177.367	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	202.112	82.032	120.080	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.
Concessões							
ALL Malha Oeste	30	3.118	409	2.709	112	15/01/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	12.252	2.917	9.335	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	10.830	4.510	6.320	112	15/01/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.

ALL Malha Sul - As parcelas de arrendamento da controlada ALL Malha Sul são apropriadas linearmente no passivo e resultado, pelo prazo do respectivo contrato, acrescidas de variação do IGP-DI e juros às taxas pactuadas. As parcelas referentes ao período de carência (1997 a 1999) estão sendo pagas de forma corrigida durante o período restante de concessão.

ALL Malha Paulista - Em 29 de agosto de 2005, foi realizada cisão parcial entre ALL Malha Paulista e Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), sendo que a mesma passou a se responsabilizar por 35,6% dos valores totais de concessão e arrendamento.

Em 2005, a controlada ALL Malha Paulista suspendeu o pagamento dos valores relativos ao contrato de arrendamento a RFFSA - em liquidação, amparada judicialmente por decisão liminar para efetuar depósitos judiciais em nome da União. Mediante autorização judicial obtida em 2007, estes depósitos judiciais foram levantados e a Companhia tem contratado fianças bancárias para garantir o pagamento das parcelas. Para mais detalhes, vide nota explicativa 19.

Considerando que a ALL Malha Norte depende das linhas da ALL Malha Paulista para a continuidade de suas operações de transporte, iniciadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e finalizadas em Santos (SP), a ALL Malha Norte celebrou com a ALL Malha Paulista, em 10 de janeiro de 2006, um Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia, pelo qual efetuou o depósito judicial em favor da ALL Malha Paulista, no montante de R\$ 111.943 (R\$ 115.629 em 31 de dezembro de 2009).

Para cumprir o acordo de investimentos com os acionistas, assinado em 5 de maio de 2005, foi prevista a desincorporação das operações do trecho Bauru-Mairinque da ALL Malha Paulista, passando essa operação a ser efetuada pela ALL Malha Oeste a partir de 1º de outubro de 2005, em razão do Memorando de Entendimentos datado de 23 de setembro de 2005.

A ANTT aprovou a desincorporação das operações por meio da Resolução nº 1.010, publicada no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2005.

ALL Malha Norte - Em 19 de maio de 1989, a controlada direta ALL Malha Norte firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual.

O Contrato não prevê obrigações de pagamento por conta da Concessão, no entanto estabelece certas responsabilidades por parte da Companhia, tais como: a) não efetuar subconcessão, b) submeter-se à fiscalização permanente da União, c) cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ministério dos Transportes e d) cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

A extinção da concessão e a conseqüente rescisão do Contrato de Concessão, poderá ocorrer em função dos seguintes fatores: a) convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; b) término do prazo contratual; c) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à Concessão, mediante a devida indenização; d) anulação por ilegalidade da Concessão ou do contrato; e) infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; e f) por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

ALL Malha Oeste - Por força de discussão judicial, essa controlada direta suspendeu o pagamento da concessão e arrendamento e as parcelas trimestrais são garantidas através de fiança bancária no seu vencimento.

19. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão para demandas judiciais – consolidado

	Depósitos judiciais			Contingências					
				Prováveis			Possíveis e remotas		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ações trabalhistas									
No Brasil	203.049	154.903	130.154	143.202	147.988	198.926	871.067	886.140	917.397
Ações cíveis, regulatórias e ambientais									
No Brasil	135.205	134.515	133.468	23.776	23.776	23.003	516.008	319.200	398.065
Na Argentina				5.800	6.138	8.824			-
Ações tributárias									
No Brasil	9.761	4.968	4.968	30.526	30.674	67.211	1.006.060	232.382	217.316
	<u>348.015</u>	<u>294.386</u>	<u>268.590</u>	<u>203.304</u>	<u>208.576</u>	<u>297.964</u>	<u>2.393.135</u>	<u>1.437.722</u>	<u>1.532.778</u>

	31/12/09	Adições	Baixas	Reversões	31/12/10
Ações trabalhistas	147.988	114.676	(103.027)	(16.435)	143.202
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	29.914			(338)	29.576
Ações tributárias	30.674	22.049	(4.189)	(18.008)	30.526
Total	<u>208.576</u>	<u>136.725</u>	<u>(107.216)</u>	<u>(34.781)</u>	<u>203.304</u>

As Companhias controladas estão envolvidas em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

a) Ações trabalhistas

As controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2010 registram uma provisão de R\$ 143.202 (R\$ 147.988 em 31 de dezembro de 2009), no consolidado, para fazer face àqueles casos em que seus advogados consideram como prováveis as perdas. A redução do valor provisionado em relação ao período anterior deve-se, basicamente aos acordos firmados pela Companhia.

Das ações em andamento os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais, diferenças de multas de 40% de FGTS decorrentes de expurgos fundiários, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, diferenças de remuneração variável, complementação de proventos de aposentadoria e outros.

b) Ações cíveis, regulatórias e ambientais

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cíveis

As controladas são partes em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, mantém registros para as perdas prováveis.

Regulatórias

Dentre as ações relevantes, atualmente, tanto a ALL Malha Paulista como a ALL Malha Oeste, questionam na justiça o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em julho de 2000, a ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Declaratória na 20ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da RFFSA.

A ALL Malha Paulista requereu uma perícia para apuração de novo valor para as parcelas de arrendamento e concessão, bem como suspensão do pagamento das parcelas vencidas e vincendas até a efetiva perícia, para constatar o valor adequado. Em julho de 2005, a liminar foi deferida. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. O processo ainda não apresenta sentença e aguarda a conclusão da fase pericial e apresentação do respectivo laudo pericial final. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até setembro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária.

A ALL Malha Oeste, pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização. O processo tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da ALL Malha Oeste estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), que vinham sendo registradas na rubrica de investimentos de longo prazo. Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou esse investimento.

Os passivos relacionados a contratos de concessão estão registrados na conta de arrendamento e concessão, como divulgado na nota explicativa 19.

Ambientais

Tais valores decorrem de autuações feitas pela IAP (PR), CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como as medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente. A provisão para a área ambiental está contabilizada juntamente com a provisão cível das concessionárias.

c) Ações tributárias

As principais discussões envolvendo a área tributária são relativas ao ICMS Exportação (incidência de ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação), diferencial de alíquota do ICMS sobre transporte interestadual e PIS/COFINS sobre operações de tráfego mútuo.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas como perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 30.526 (R\$ 30.674 em 31 de dezembro de 2009).

ICMS Exportação - A Secretaria Estadual da Fazenda de São Paulo lavrou autos de infração contra a ALL Malha Sul, cujos valores atuais montam em aproximadamente R\$ 48.845, em virtude do não recolhimento do ICMS referente à prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação e aproveitamento de créditos de ICMS supostamente não autorizados pela legislação. No segundo trimestre de 2010 foi proferida a primeira decisão favorável no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, para o fim de anular a exigência do ICMS incidente sobre as operações de exportação. No quarto trimestre de 2010, uma das discussões chegou a fim no âmbito administrativo e se iniciou a discussão judicial, com a apresentação de Embargos à Execução Fiscal precedida de oferta de carta de fiança para garantia do juízo.

O mesmo tema foi objeto de autuação na ALL Malha Oeste, no valor de aproximadamente R\$ 21.955. Todos os autos de infração encontram-se em discussão administrativa no Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que já é posicionamento consolidado nos tribunais superiores (STJ) a não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, tendo em vista a previsão existente no art. 155 da Constituição Federal.

A ALL Malha Norte ajuizou uma Ação Anulatória de débito fiscal, tendo em consideração que a empresa foi autuada por não recolher o ICMS sobre o transporte de mercadorias destinadas ao exterior tendo como valor envolvido o montante de R\$ 14.817. No último trimestre de 2010, o Tribunal do Estado do Mato Grosso confirmou a decisão de primeiro grau que anulou o auto de infração integralmente, sendo que esta decisão transitou em julgado favoravelmente a ALL Malha Norte em dezembro de 2010. Os Desembargadores entenderam que o ICMS não é devido no transporte de mercadorias com destino à exportação mediante entrega nos portos, o que fez reduzir a contingência em R\$ 14.817.

ICMS – sobre crédito de ativo imobilizado - Em abril de 2005, a ALL Malha Sul obteve decisão favorável no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao auto de infração da Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul que autuou a Companhia em decorrência do aproveitamento de crédito de ICMS sobre aquisição de bens e equipamentos destinados à recuperação e reforma do ativo imobilizado. Desta decisão, o Estado do Rio Grande do Sul interpôs Recurso Extraordinário perante o STF, que aguarda julgamento. O valor da autuação em discussão é de aproximadamente R\$ 20.017, sendo que a ALL já recolheu aos cofres públicos do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 11.192 e suspendeu o pagamento do saldo remanescente de R\$ 8.825 em decorrência da referida decisão favorável do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, já confirmada pelos Tribunais Superiores. Ademais, a Lei Complementar nº 87/96, autorizou o aproveitamento integral do direito ao crédito na aquisição de bens destinados ao ativo permanente.

Multa Isolada COFINS – A ALL Malha Sul foi autuada, no valor de R\$ 64.000, pelas compensações de COFINS decorrentes de créditos apurados com base em decisão judicial transitada em julgado, favorável à ALL Malha Sul (proferida no âmbito do processo n. 1999.61.00024508-0/SP). Como a União ingressou com ação rescisória em face do referido processo judicial, a Secretaria da Receita Federal ignorou a decisão com trânsito em julgado e considerou não declaradas as compensações efetuadas, alegando violação ao parágrafo 12, do artigo 74 da Lei 9.430/96. Em decisão de 1º instância, a Delegacia da Receita Federal anulou a multa aplicada, esclarecendo que na época das respectivas compensações, a ALL Malha Sul possuía decisão com trânsito em julgado sem a existência de qualquer impedimento legal que impossibilitasse as respectivas compensações; tanto que a própria Secretaria da Receita Federal permitiu, mediante despacho decisório, a habilitação administrativa do crédito.

PIS/COFINS – Tráfego Mútuo – A ALL Malha Paulista foi autuada por não recolhimento de PIS e COFINS em relação às receitas de tráfego mútuo e direito de passagem e ainda permanece discutindo o valor de R\$ 50.100, no período de 1999 a 2006 (PIS e COFINS cumulativos). A empresa entende que a chance de perda é remota, uma vez que os valores em discussão já foram recolhidos, previamente, pelas concessionárias responsáveis pelo

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

transporte na origem. As decisões proferidas até a presente data já reduziram as autuações em aproximadamente R\$ 17.000.

IRPJ/CSL, PIS e COFINS - A ALL Malha Sul foi autuada em R\$ 620.383 pela exclusão da base de cálculo de juros sobre aplicações financeiras realizadas na Áustria e na Espanha, bem como em relação às despesas financeiras de empréstimos os quais foram considerados indedutíveis. As autoridades fiscais também emitiram autos de infração de Pis e da Cofins sobre operações de swap contratadas para garantir empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia entende que a probabilidade de perda é remota, uma vez que as aplicações financeiras foram realizadas com Países com os quais o Brasil possui Tratados prevendo a não tributação dessas operações, bem como a incidência de Pis e Cofins sobre operações de hedge foi afastada pelo Decreto nº 5442/2005.

IPTU - A ALL Malha Sul e a ALL Malha Paulista possuem aproximadamente R\$ 4.798 referente à incidência de IPTU nos imóveis de propriedade da União, que, em razão da concessão outorgada encontram-se em poder desta para a consecução dos serviços públicos de transporte ferroviário. Entretanto, há previsão na Constituição Federal que não há incidência de tributos sobre bens de propriedade da União Federal e a Companhia já possui diversas decisões favoráveis. No 1º trimestre foram obtidas decisões favoráveis relativamente à autuação do Município de São Vicente e também do Município de Colina, reduzindo o passivo em aproximadamente R\$ 8.500.

ISS - A Portofer possui três autos de infração, no valor de aproximadamente R\$ 2.644, que foram lavrados pelo Município de Santos que desconsiderou a figura jurídica da Portofer (sociedade de propósito específico que tem como finalidade o rateio de despesas entre as concessionárias) e autuou a empresa como prestadora de serviço municipal. A empresa considera a chance de perda remota por se tratar de tese já decidida de modo favorável pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em casos análogos referente ao Município de Guarujá, para determinar a anulação de autos de infração, uma vez que a Portofer não possui fins lucrativos, mas tão somente efetua o rateio de despesas.

IRPJ/CSLL - A ALL Intermodal foi autuada, em novembro de 2010, pela Receita Federal no montante de R\$ 52.772 referente à IRPJ e CSLL. Estes valores foram obtidos a partir da glosa de despesas decorrentes de pagamento de parcelas variáveis do contrato de arrendamento de imóveis, equipamentos, máquinas e veículos que a ALL Intermodal firmou. Estas despesas foram consideradas indedutíveis e por isto foram glosadas pela Receita. A empresa considerou o risco remoto desta autuação, visto que o contrato de arrendamento de bens era necessário, usual e normal às atividades da ALL Intermodal.

20. Transações com partes relacionadas

As entidades consideradas como partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa 2.1.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora									
	Realizável longo prazo			Passivo não circulante			Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Controladas										
ALL Argentina	43.941	685	854	5.299	4.991	6.023	38.198			
ALL Armazéns Gerais	257	6.445		14.546	22.489	31.802				
ALL Centro-Oeste				359	453	1.933				
ALL Equipamentos		133				10.366		35.018		
ALL Intermodal		26.904		4		32.126			13	
ALL Malha Norte		3	27.515	5.994	373.231					
ALL Malha Oeste				357	4.537	42.076				
ALL Malha Paulista		124.547	142.338	4		21.767	44.119	40.974	9	
ALL Malha Sul		162.349	84.125	67			94			424.907
ALL Overseas	175	182	245							
ALL Participações				6						
ALL Rail Tec					555					
ALL Serviços					1.459			118		400
Santa Fé	1.953	26.146	2.904							
Coligadas										
PGT				77	79	690				
Portofer		25.689	9.084							
	46.326	373.083	267.065	26.713	407.794	146.783	82.411	76.110	22	425.307

a) Créditos e débitos com empresas ligadas

As transações entre empresas ligadas são decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, direito de passagem, bem como, recursos financeiros.

b) Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia

Os saldos em aberto no final do exercício são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2010, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas.

Seguem abaixo a relação dos contratos com partes relacionadas:

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Parte relacionada	Relação com o emissor	Data da transação	Objeto Contratado	Montante Envolvido em Reais	Saldo em 31.12.2010	Duração até	Rescisão
Da Controladora com as Controladas:							
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada	11/11/09	Partilha de fretes	1.124	não auferível	20/12/11	Inadimplimento total ou parcial
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada	11/11/09	Partilha de fretes	5.106	não auferível	20/12/11	Inadimplimento total ou parcial
América Latina Logística Argentina S.A.	Controlada	26/09/83	Operações com tráfego mútuo	não auferível	não auferível	Indeterminado	Inadimplimento contratual
América Latina Logística Central S.A.	Controlada Indireta	11/11/09	Partilha de fretes	5.114	não auferível	20/12/11	Inadimplimento total ou parcial
América Latina Logística Central S.A.	Controlada Indireta		Direito de Passagem	1.000	não auferível	01/01/23	Inadimplimento contratual
América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Controlada	01/03/08	Locação de locomotivas	102.900	53.165	01/03/13	Des cumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial
América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Controlada	01/03/08	Locação de vagões	61.440	31.744	01/03/13	Des cumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial
América Latina Logística Malha Sul S.A.	Controlada	12/08/05	Cessão de Instalações e Equipamentos de Santa Maria	não auferível		01/03/27	Término da concessão ou utilização indevida do imóvel
América Latina Logística Malha Sul S.A.	Controlada	16/09/10	Locação de locomotivas	1.132.578	1.075.949	16/09/15	Des cumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada Indireta	11/11/09	Partilha de fretes	1.185	não auferível	20/12/11	Inadimplimento total ou parcial
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada Indireta		Direito de Passagem	1.000		01/01/23	Inadimplimento contratual
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada Indireta	2010 diversos	Contratos intermaciais de mútuo	9.660	9.815	Diversas	Inadimplimento total ou parcial
América Latina Logística Central S.A.	Controlada Indireta	2010 diversos	Contratos intermaciais de mútuo	24.300	28.040	Diversas	Inadimplimento total ou parcial
Entre Controladas:							
América Latina Logística Malha Paulista S.A. e demais	Controlada	01/01/08	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária	não auferível	não auferível	31/12/28	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Norte S.A. e demais	Controlada	01/01/08	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária	não auferível	não auferível	31/05/79	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Oeste S.A. e demais	Controlada	01/01/08	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária	não auferível	não auferível	30/06/26	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Sul S.A. e demais	Controlada	01/01/08	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária	não auferível	não auferível	28/02/27	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Paulista S.A. e América Latina Malha Sul S.A.	Controlada	01/01/09	Direito de passagem e Tráfego mútuo	697	não auferível	Vigência dos Contratos de Concessão	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Paulista S.A. e América Latina Logística Malha Oeste S.A.	Controlada	01/01/09	Direito de passagem e Tráfego mútuo	174	não auferível	Vigência dos Contratos de Concessão	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Norte S.A. e América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Controlada	01/01/09	Direito de passagem e Tráfego mútuo	538.988	não auferível	Vigência dos Contratos de Concessão	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Sul S.A. e América Latina Logística Malha Oeste S.A.	Controlada	01/01/09	Direito de passagem e Tráfego mútuo	1.424	não auferível	Vigência dos Contratos de Concessão	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e demais	Controlada	15/09/10	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	não auferível	não auferível	15/10/11	Des cumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial; Inadimplimento total ou parcial
Brado Logística e Participações S.A. e demais	Controlada Indireta	20/12/10	Serviço de transporte e investimentos	não auferível	não auferível	Vigência dos Contratos de Concessão	Des cumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial; Inadimplimento total ou parcial
Brado Logística e Participações S.A. e demais	Controlada Indireta	20/12/10	Prestação de serviço de terminais	não auferível	não auferível	Vigência dos Contratos de Concessão	Des cumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial; Inadimplimento total ou parcial
De Controladas com Coligadas:							
América Latina Logística Malha Norte S.A							
Boswells S.A.	Sociedade sobre controle comum	22/12/09	Contrato de arrendamento operacional de aeronave	972	486	22/12/11	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Paulista S.A							
Santa Fé Vagões	Sociedade sobre controle comum	01/11/06	Termo de Cooperação da área de 18.784,90 m ² - Campinas-SP	não auferível	não auferível	Contrato de Concessão	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Sul S.A							
Boswells S.A.	Sociedade sobre controle comum	07/11/07	Contrato de arrendamento operacional de aeronave	1.554	777	07/11/11	Des cumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora a saber:

	Garantias					
	ALL S.A.	Sul	Intermodal	Paulista	Norte	Total
Garantidoras						
ALL S.A. (controladora)						
Debêntures		174.421		174.421	174.421	523.263
BNDES		418.466		114.480	620.812	1.153.758
CCB		805.939				805.939
Outros			2.952		88.457	91.409
		1.398.826	2.952	288.901	883.690	2.574.369
ALL Malha Sul						
Debêntures	793.548					793.548
ALL Intermodal						
Debêntures	793.548					793.548
CCB		331.954				331.954
	793.548	331.954				1.125.502
Total	1.587.096	1.730.780	2.952	288.901	883.690	4.493.419

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Transações com outras partes relacionadas**Remuneração dos administradores**

Em ata de Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2010, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho Fiscal o valor de R\$ 648, e como verba global anual para a remuneração dos Administradores, o valor de até R\$ 25.000, estas remunerações são válidas até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações:

	2010	2009
Remunerações	7.850	25.042
Remuneração baseado em ações (i)	14.537	13.360
	22.387	38.402

(i) As condições estão descritas na nota explicativa 26.

Para as remunerações dos administradores não são dadas ou recebidas garantias.

Sobre o montante dos saldos existentes a Companhia não constituiu nenhuma provisão para liquidação duvidosa.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável, incluindo as previstas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, instituído pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A decisão acerca de todas as operações da Companhia é submetida ao Conselho de Administração, à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia é proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

21. Provisão para lucro não realizado

Em 31 de dezembro de 2001, a controladora alienou para a controlada ALL Malha Sul o direito de uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Junior e Pinhalzinho / Apiaí a Iperó, pelo valor de mercado de R\$ 22.387, suportado por laudo de avaliação de peritos independentes naquela mesma data base. Em 31 de dezembro de 2001, a controladora constituiu provisão correspondente ao lucro não realizado desta operação de R\$ 19.312, apresentada no exigível a longo prazo. Até 31 de dezembro de 2010, foram realizados R\$ 6.695 (R\$ 5.951 até 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.207 em 01 de janeiro de 2009).

22. Antecipação de créditos imobiliários – CRI - consolidado

A Companhia e a controlada ALL Malha Norte firmaram contratos cedendo créditos decorrentes de locação de terminais, cujos saldos são:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		31/12/10		31/12/09		01/01/09	
		Passivo		Passivo		Passivo	
		Passivo circulante	não circulante	Passivo circulante	não circulante	Passivo circulante	não circulante
ALL S.A. (controladora)	(i)	29.968	73.374	10.950	106.812	14.420	117.761
ALL Malha Norte	(ii)	121.643	393.026	162.234	392.460	49.413	440.948
		<u>151.611</u>	<u>466.400</u>	<u>173.184</u>	<u>499.272</u>	<u>63.833</u>	<u>558.709</u>

O saldo é composto por duas operações de CRI:

- (i) CRI I: Em 29 fevereiro de 2008 a Controladora celebrou contrato de cessão de créditos decorrentes da locação do Terminal Intermodal de Tatuí. A CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios de 12,38% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento foi em março de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.
- (ii) CRI II: Em 28 de novembro de 2008 a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia (MT), a CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23. Receitas diferidas - consolidado

		31/12/10		31/12/09		01/01/09	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladas							
ALL Intermodal	(i)	34	471	34	505	34	539
ALL Malha Norte	(ii)	1.528	12.834	1.242	9.938		
ALL Malha Paulista	(iii)	858	14.212	789	14.005	2.169	25.836
ALL Malha Sul	(iii)	191	2.777				
		<u>2.611</u>	<u>30.294</u>	<u>2.065</u>	<u>24.448</u>	<u>2.203</u>	<u>26.375</u>

- (i) Refere-se à receita diferida originada na integralização de capital social mediante terreno cedido em comodato (até 2025) pela ALL Intermodal à Rhall Terminais Ltda., apropriado linearmente pelo prazo restante da concessão.
- (ii) Provém de receita auferida na venda de 28 locomotivas, com posterior celebração de contrato de *lease back* com o Banco Itaú, pelo prazo até 2018.
- (iii) Decorrente de contratos firmados com empresas de comunicação, cujo objeto é a cessão da faixa de domínio do leito da linha para passagem de cabos de fibra ótica pelo período de vigência do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas (até 2028), sendo apropriado linearmente ao resultado pelo prazo restante da cessão do direito.

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24. Parcelamentos fiscais e previdenciários - consolidado

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Lei 11.941/09	14.256	181.766	62.653	118.263		
Senai	146		544		520	455
Sesi	184		300	50	618	338
Salário Educação	231		188	63	421	229
ISS	1.776	2.000	548	1.766	531	2.231
INSS	1.092				3.235	6.241
ICMS / IVA		4.806		4.806		6.059
PIS/COFINS					9.595	62.088
PAES					3.744	31.546
IRPJ/CSLL					180	254
	<u>17.685</u>	<u>188.572</u>	<u>64.233</u>	<u>124.948</u>	<u>18.844</u>	<u>109.441</u>

Com o intuito de reduzir sua exposição tributária a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009.

As subsidiárias Malha Norte, Malha Oeste e Malha Paulista apresentaram pedido de desistência do Parcelamento Especial – PAES e do Parcelamento Excepcional – PAEX e solicitaram pedido de parcelamento do saldo remanescente, inclusive dos valores não revisados, com redução de juros e multa.

A ALL Malha Sul e ALL Intermodal, por sua vez, possuíam diversos débitos de impostos federais compensados com crédito prêmio de IPI adquirido de terceiros no período de 2000 a 2005. Essas compensações foram glosadas pelo fisco e estavam sendo discutidas em juízo. Os tributos compensados foram atualizados e incluídos no REFIS. Com a reversão da compensação, o crédito prêmio ativo originalmente utilizado na compensação foi recomposto, conforme divulgado na nota explicativa 9.

Além dos impostos compensados com crédito prêmio de IPI, a ALL Malha Sul incluiu outros débitos, anteriormente registrados como obrigações fiscais.

25. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, está representado conforme abaixo:

	31/12/10	Convertido 31/12/09	Apresentado 31/12/09
Ordinárias	689.122.312	687.502.312	1.268.741.120
Preferenciais			2.168.770.440
	<u>689.122.312</u>	<u>687.502.312</u>	<u>3.437.511.560</u>

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 de ações ordinárias.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de setembro de 2010, os acionistas da Companhia, com autorização emitida pela ANTT através da Resolução 3.563, de 12 de agosto de 2010, aprovaram o ingresso da Companhia no segmento especial do mercado de ações da BM&F Bovespa, denominado Novo Mercado. Em decorrência dessa deliberação e das regras estabelecidas para ingresso no Novo Mercado, o capital social passou a ser representado unicamente por ações ordinárias, na razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, inclusive aquelas ações preferenciais integrantes dos certificados de depósitos de ações de emissão da Companhia – *Units*. Assim as *Units* foram extintas. Após a conversão das ações também foi deliberado a conversão de 5 (cinco) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária. O capital social da Companhia passou a ser representado por 687.502.312 ações ordinárias.

Em 22 de dezembro de 2010, foi homologado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 24.170, mediante a emissão de 1.620.000 ações ordinárias.

b) Ações em tesouraria

Conforme descrito no item anterior as ações que integravam as *Units* foram convertidas em ações ordinárias.

Em 2010, foram usadas 1.753.788 ações (22.081 em 31 de dezembro de 2009) para liquidação de opções de ações exercidas no período. As transferências foram registradas ao custo médio ponderado das ações em tesouraria (R\$ 18,20).

Durante o exercício de 2010 a Companhia recomprou 64.560 ações ao custo total de R\$ 358.

Após a conversão, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia detinha 1.454.731 ações ordinárias em Tesouraria.

c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, alterada e revogada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Em decorrência de compromissos assumidos nos contratos de financiamento, a controladora não poderá distribuir dividendos acima dos mínimos obrigatórios até o exercício de 2011.

d) Reserva de lucros

Conforme a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

A reserva para investimentos é constituída com base nas disposições estatutárias, as quais estão sustentadas com o plano de investimento da Companhia através dos usos e fontes submetidos ao Conselho de Administração e de acordo com o artigo 194 da Lei 6.404/76, que determina que esta reserva não excederá o capital social subscrito, em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e das empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

e) Adiantamentos para futuro aumento de capital

São valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, decorrentes das contribuições do Plano de Opção de Compra de Ações, descrito na nota explicativa 26, são apresentados em conta do Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

f) Incentivos fiscais – SUDAM

Em 26 de setembro de 2007 a ALL Malha Norte protocolou junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM processo pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à ALL Malha Norte o benefício fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017.

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração foi de R\$ 50.274 (R\$ 28.090 em 31 de dezembro de 2009), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

26. Remuneração baseada em ações

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de R\$ 22.247 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 20.290 em 31 de dezembro de 2009).

Plano de opção de compra de ações:

Na Assembléia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um Comitê formado para este fim. Compete ao órgão administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 8% das ações representativas do capital social da Companhia existentes na data da aprovação de cada Programa.

Os programas podem contemplar dois grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”).

No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O plano não prevê hipóteses de liquidação das opções em dinheiro, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

O quadro abaixo demonstra o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) das opções de aquisição de ações e respectivas movimentações durante o exercício:

	2010		2009 Convertido		2009 Apresentado	
	No.	MPPE	No.	MPPE	No.	MPPE
Saldo inicial	11.946.564	11,10	15.005.712	12,80	75.028.560	2,56
Novas outorgas			1.370.161	11,00	6.850.805	2,20
Perdidas	(186.600)	12,75	(2.708.069)	23,55	(13.540.346)	4,71
Exercidas ¹	(1.633.789)	11,05	(1.721.240)	6,45	(8.606.200)	1,29
Saldo final	10.126.175	12,55	11.946.564	11,10	59.732.819	2,22

¹ O preço médio ponderado das ações na data de exercício dessas opções foi de R\$ 16,30 no exercício de 2010 (R\$ 13,00 em 2009).

No dia 03 de agosto de 2009, o Comitê do Plano de Ações cancelou os Programas 2007 e 2008, trocando as opções ainda não exercidas pelos beneficiários destes planos por um novo Programa 2009 na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrante dos lotes cancelados (Programas 2007 e 2008), os beneficiários afetados receberam 5 opções da mesma espécie e classe no âmbito do Programa 2009, criado na mesma data com as seguintes características: (i) volume de ações: 6.850.805 ações, sendo 1.350.000 ordinárias e 5.400.000 preferenciais; (ii) preço por ação: R\$ 2,20, equivalente a R\$ 11,00 por *Unit*; (iii) aquisição do direito de efetuar aquisição de ações reinicia do zero (não contam os prazos decorridos relativos aos programas de 2007 e 2008); e (iv) período de aquisição do direito de efetuar contribuições para adquirir ações de 5 anos, 20% ao ano.

A média ponderada do prazo contratual remanescente das opções de ações restantes em 31 de dezembro de 2010 é de 6,92 anos. O preço de exercício dessas opções tem valor máximo e mínimo de R\$ 14,57 e R\$ 4,31 em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia registra contabilmente as contribuições, a partir dos controles individuais de cada beneficiário, como adiantamento para futuro aumento de capital, integrante do patrimônio líquido e após a deliberação em Assembleia Geral, o montante é registrado como capital social. Para o caso específico de contribuições efetuadas na ordem de 30% para aquisições de opções, a Companhia registra o aumento de capital a partir do segundo aniversário, estando, por sua vez, de acordo com a Lei 6.404/76.

A tabela a seguir relaciona as premissas incluídas no modelo usado para estimar o valor justo das opções da última outorga:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2010
Volatilidade esperada (%)	36.4%
Taxa de juros livre de risco (%)	6% + IGPM
Prazo de vida esperado da opção (anos)	5,5
Preço médio ponderado das ações (R\$)	11,00
Modelo de precificação usado	Black & Scholes

O prazo de vida esperado das opções é baseado em dados históricos e não é necessariamente um indicativo do padrão de exercício que deve ocorrer. A volatilidade esperada reflete a premissa de que a volatilidade histórica dos 5 anos anteriores à data da outorga é indicativa da tendência futura, o que também pode não ser o resultado real.

Programa de “Restricted Share Options”

Em assembléia realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovou o programa de “restricted share options”. O programa consiste na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de funcionários e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício está condicionado cumulativamente à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012, ao atingimento de metas operacionais individuais e ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA.

As opções não têm direito a dividendos antes de seu exercício. O prazo de exercício é de seis meses a partir do decurso do período de aquisição que termina em 31/12/2012. O preço de exercício é de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do programa (R\$ 16,50).

Não houve movimentações adicionais durante o exercício no âmbito do programa de “restricted share options”.

27. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(122.058)	(158.156)	(634.219)	(716.324)
Multas/Juros Fiscais/Fornecedores/Vagões	(21.129)	(24.084)	(159.013)	(165.912)
Juros sobre arrendamento e concessão			(207.979)	(175.658)
Clientes/AVP/Outros	(675)	(1.414)	(30.775)	(38.049)
Total da despesa financeira	(143.862)	(183.654)	(1.031.986)	(1.095.943)
Receita sobre aplicação financeira	71.683	59.645	214.897	244.187
Remuneração sobre debêntures	36.153	13.754		
AVP/Outros	253	1.375	3.838	5.539
Total da receita financeira	108.089	74.774	218.735	249.726
Resultado financeiro líquido	(35.773)	(108.880)	(813.251)	(846.217)

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28. Demonstração dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	239.879	34.748	239.879	34.748
Variação cambial sobre investimento no exterior	8.309	(32.915)	8.309	(32.915)
Marcação a mercado sobre aplicação financeira	(4.299)	(12.719)	(4.299)	(12.719)
Efeito diferido de marcação a mercado sobre instrumentos de <i>hedge</i>	(5.139)	7.167	(5.139)	7.167
Total resultado abrangente	238.750	(3.719)	238.750	(3.719)
Atribuível:				
Acionistas da Companhia	244.732	1.683	244.732	1.683
Participação dos não controladores	(5.982)	(5.402)	(5.982)	(5.402)
	238.750	(3.719)	238.750	(3.719)

29. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Por ação ordinária	239.879	34.748	239.879	34.748
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	676.843	674.849	676.843	674.849
Resultado básico:				
Por ação ordinária	0,3544	0,0515	0,3544	0,0515
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia				
Por ação ordinária	239.879	34.748	239.879	34.748
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	676.843	674.849	676.843	674.849
Efeito da diluição				
Opções de ações	13.126		13.126	
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustadas pelo efeito da diluição	689.969	674.849	689.969	674.849
Resultado diluído:				
Por ação ordinária	0,3477	0,0515	0,3477	0,0515

As variações ocorridas entre os exercícios de 2009 e 2010, foram detalhadas na nota explicativa 26.

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente ao exercício de 2010 são as seguintes:

Descrição	Resultados Financeiros por Unidade de Negócios											
	Commodities Agrícolas		Produtos Industriais		Serviços Rodoviários		Argentina		Outros		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita bruta	2.077.031	1.806.818	806.749	729.927	106.568	97.487	163.830	141.092	63	39.478	3.154.241	2.814.802
Receita líquida	1.825.445	1.604.620	674.756	611.371	93.636	85.319	159.639	137.532	55	32.821	2.753.531	2.471.663
Custos dos serviços prestados	(941.458)	(974.314)	(369.177)	(361.887)	(83.411)	(81.468)	(139.564)	(137.933)	(3.561)	(37.011)	(1.537.171)	(1.592.613)
Lucro bruto	883.987	630.306	305.579	249.484	10.225	3.851	20.075	(401)	(3.506)	(4.190)	1.216.360	879.050
EBIT	772.775	501.796	245.876	149.382	5.437	5.413	1.696	(18.209)	(3.872)	(6.882)	1.021.912	631.500

A Companhia está organizada em unidades de negócios, ao redor dos principais setores de mercado nos quais opera. As operações da Companhia estão divididas em quatro unidades de negócios, três delas dentro das operações brasileiras e outra responsável pelas operações argentinas. No Brasil as três unidades de negócios são:

(i) *commodities* agrícolas, compõem-se do transporte de produtos como soja, farelo de soja, fertilizantes, açúcar, milho, trigo, arroz, entre outros.

(ii) produtos industriais (transporte ferroviário e intermodal) refere-se ao transporte de produtos siderúrgicos, madeira, papel, celulose, alimentos, contêineres, combustíveis, óleo vegetal, produtos para construção civil, entre outros.

(iii) a unidade de transporte rodoviário engloba produtos como *high maltose*, gases e peças automotivas.

“Outros segmentos” se referem principalmente ao resultado da Companhia controlada direta Santa Fé Vagões.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na margem operacional, que conforme demonstrado na tabela acima difere da forma apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os financiamentos e as aplicações financeiras da Companhia (incluindo receitas e despesas financeiras) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito consolidado, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

31. Outras receitas / despesas e ajustes

31.1. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Venda de ativo imobilizado	12.446		13.357	8.095
Venda de inservíveis			5.663	9.200
Outras	1.065	1.276	1.699	276
Total	13.511	1.276	20.719	17.571

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31.2. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Taxas aduaneiras	15	40	1.482	1.236
Combustíveis não consumidos na operação			846	75
Doações dedutíveis	47		1.161	446
Outras			575	615
Total	62	40	4.064	2.372

31.3. Depreciação, amortização, manutenção, combustíveis e arrendamento e concessão incluídos na demonstração consolidada do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Combustível			519.409	505.968
Serviços terceiros	2.009	3.234	116.934	131.821
Depreciação	2.867	8.633	340.148	388.258
Amortização de ágio	32.272	107.888	41.356	130.296

31.4. Despesas com benefícios a colaboradores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Remunerações	2.602		190.715	144.146
Encargos sociais	637		39.178	33.913
Despesas de pagamentos baseados em ações	5.562	5.073	22.247	20.290
Total	8.801	5.073	252.140	198.349

31.5. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita bruta	62.161	611.388	3.154.241	2.814.802
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(5.674)	(72.588)	(400.710)	(343.139)
Receita líquida	56.487	538.800	2.753.531	2.471.663

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32. Seguros – consolidado

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada		Vigência
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$	60.000	01/08/2010 a 01/08/2011
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluição, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$	10.000	30/04/2010 a 30/04/2011
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$	2.200	30/06/2010 a 30/06/2011
Responsabilidade civil-caminhões	Danos a terceiros nos percursos nacionais	R\$	300	13/11/2010 a 13/11/2011
	Danos a terceiros nos percursos internacionais	R\$	120	31/03/2010 a 31/03/2011
Seguro de carga rodoviária	Responsabilidade civil do transportador rodoviário (RCTR-C) acidentes e (RCF-DC) roubo; transporte rodoviário de viagens internacionais	RCTR-C R\$ 2.200 RCT-VI R\$ 2.200 RCFD-C R\$ 2.200		30/06/2010 a 30/06/2011

33. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor contábil			Valor justo		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativos financeiros						
Contas a receber de clientes	231.383	186.418	154.347	231.383	186.418	154.347
Créditos com congêneres	1.344	409	2.537	1.344	409	2.537
Adiantamentos e outras contas a receber	95.200	77.938	36.135	95.200	77.938	36.135
Créditos a receber de empresas relacionadas		783	5.644		783	5.644
Depósitos restituíveis e valores vinculados	348.015	294.386	268.590	348.015	294.386	268.590
Disponibilidades e valores equivalentes	1.974.560	2.573.725	2.642.731	1.974.560	2.573.725	2.642.731
Total	2.650.502	3.133.659	3.109.984	2.650.502	3.133.659	3.109.984
Passivos financeiros						
Debêntures	1.726.814	1.725.103	2.041.404	1.726.814	1.725.103	2.041.404
Débito com congêneres	3.304	2.875	11.469	3.304	2.875	11.469
Adiantamento de clientes	69.452	68.750	89.812	69.452	68.750	89.812
Arrendamento mercantil financeiro	1.096.101	1.074.611	879.641	1.096.101	1.074.611	879.641
Empréstimos e financiamentos	3.039.050	2.874.801	2.893.486	3.038.195	2.874.801	2.893.486
Antecipação de crédito imobiliário	618.011	672.456		618.011	672.456	
Contas a pagar a fornecedores	345.352	552.290	986.844	345.352	552.290	986.844
Total	6.898.084	6.970.886	6.902.656	6.897.229	6.970.886	6.902.656

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.
- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Os principais fatores de risco da Companhia e de suas controladas, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

a) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do Patrimônio Líquido e da classificação de risco de cada instituição.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia possui determinados passivos sobre os quais incidem juros pós-fixados, gerando exposição à oscilação na taxa de juros de mercado.

Para evitar o descasamento de taxas entre ativos e passivos financeiros são utilizados contratos de Swap “Pré-DI”, de forma a pré-fixar a taxa de juros de parte do endividamento anteriormente indexado ao CDI. Foi realizado o hedge de parte da exposição líquida em CDI, ou seja do saldo de endividamento que ultrapassa o caixa aplicado em CDI. Os fluxos que passaram a ser corrigidos por taxa pré-fixada foram a 3ª emissão de debêntures Malha Sul, CCB com vencimento em 2014, parte do fluxo da 5ª emissão de debêntures e NCE com vencimento em out/12 e jun/13. Com estes Swaps é garantida a igualdade de indexadores entre ativos e

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

passivos, mitigando o efeito da taxa de juros sobre o resultado da empresa. Estes instrumentos são registrados como hedge.

A seguir é apresentada análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, para os swaps e respectivos ativos-objeto para os quais foram realizadas as proteções patrimoniais. A Administração considerou como cenário provável o CDI projetado para o exercício de 2011, segundo projeções bancárias:

Risco de Apreciação da Taxa de Juros

Operação	Risco	Valor Nominal	Valor Justo em 31/12/2010	Cenário Provável	+25%	+50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Debêntures 3ª Emissão	CDI	166.666	4.840	23.114	28.892	34.670
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	CDI	(166.666)	(4.840)	(23.114)	(28.892)	(34.670)
Debêntures 5ª Emissão (33,33%)	CDI	66.667	669	10.345	12.516	14.687
Swap Ponta Ativa - Contraparte Standard	CDI	(66.667)	(669)	(10.365)	(12.540)	(14.716)
CCB	CDI	90.489	5.645	14.609	17.932	21.255
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	CDI	(90.489)	(5.645)	(14.603)	(17.924)	(21.246)
NCE	CDI	100.000	993	12.393	12.393	12.393
Swap Ponta Ativa - Contraparte Banco do Brasil e HSBC	CDI	(100.000)	(993)	(12.400)	(12.400)	(12.400)
Impostos Parcelados	CDI		(206.256)	(25.308)	(31.634)	(37.961)

Referências

CDI Médio (a.a.)	12,27%	15,34%	18,41%
------------------	--------	--------	--------

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

O efeito da exposição à variação de taxa de juros remanescente é apresentado no item “d”, a seguir.

c) Risco de moeda estrangeira

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap “Dólar-Real” no mesmo montante e com mesma data de vencimento das obrigações objeto de proteção. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2011, segundo projeções macroeconômicas:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Risco de apreciação da moeda estrangeira

Operação	Risco	Valor Nominal	Valor Justo em 31/12/2010	Cenário Provável	+25%	+50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre aplicações:						
Aplicações	USD	6.492	10.786	704	3.577	6.450
Efeito Líquido sobre aplicações		6.492	10.786	704	3.577	6.450
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre fornecedores / importações:						
Fornecedores Longo Prazo	USD	(54.120)	5.847	(9.785)	(49.689)	(89.594)
Swaps ponta ativa por contraparte:						
Contraparte Santander	USD	7.844	(1.197)	1.418	7.201	12.985
Contraparte HSBC	USD	46.279	(4.650)	8.367	42.488	76.610
Efeito Líquido sobre fornecedores / importações		3	-	0	0	1
Referências						
Dólar USD/R\$				1,77	2,21	2,66

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

d) Risco de deterioração de encargos financeiros do endividamento líquido

Este risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos seus empréstimos e financiamentos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida indexada em CDI (dívida total indexada em CDI – aplicações financeiras indexadas em CDI). Para cobrir parcialmente esta exposição, a Administração optou por contratar operações de swap conforme mencionado no item “b” do quadro Riscos de Taxa de Juros. A empresa continua monitorando estes indexadores para avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos a fim de mitigar o risco de variação destas taxas.

Vide a seguir análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, considerando como cenário provável as taxas projetadas para o exercício de 2011. Como cenários alternativos foram simulados aumentos nas taxas, considerando o fato de a Companhia possuir uma posição líquida de dívida:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento Líquido

Operação	Risco	Cenário Provável	+25%	+50%
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
CAIXA				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	195.893	244.866	293.839
Aplicações Pré-Fixadas	PRÉ	38.604	38.604	38.604
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				
Financiamentos indexados à TJLP	TJLP	153.975	183.333	212.690
Financiamentos indexados ao CDI	CDI	145.503	180.505	215.507
Financiamentos: Pré/Pós fixados via swap conf. item b	PRÉ/PÓS	27.753	31.005	34.256
Ponta Passiva - Swaps USD X %CDI	CDI	9.785	49.689	89.594
Debêntures Indexadas ao CDI	CDI	183.007	222.610	262.212
Debêntures pré fixados via swap conf. item b	PRÉ	32.686	32.686	32.686
Financiamentos subsidiárias no exterior	PRÉ	22.029	22.029	22.029
Financiamentos indexados ao IGPM	IGPM	28.634	35.253	41.873
Outros Passivos				
Antecipações de créditos imobiliários indexados ao CDI	CDI	94.133	114.255	134.376
Referências				
CDI Médio (a.a.)		12,27%	15,34%	18,41%
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
IGPM		11,32%	14,15%	16,98%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

e) Instrução CVM nº 475

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Valor justo das operações com instrumentos derivativos por vencimento

DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA (NOCIONAL)		VALOR JUSTO		EFEITO ACUMULADO (PERÍODO ATUAL)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	VALOR A RECEBER /RECEBIDO	VALOR A PAGAR/PAGO
CONTRATOS DE "SWAPS":						
POSIÇÃO LÍQUIDA						
RISCO DE MOEDA ESTRANGEIRA	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$
VENCIMENTOS USD x %CDI:						
1T10		10.699		(6.775)		
2T10		10.140		(1.831)		
3T10		27.449		(3.186)		
4T10		11.891		(27)		
1T11	39.036		(6.422)			(6.422)
2T11	14.545		(2.107)			(2.107)
RISCO DE TAXA DE JUROS	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
VENCIMENTOS TAXAS PRÉ X PÓS:						
3T12*	66.667		669		669	(1.868)
4T12*	30.000	66.667	(137)	(56)		(137)
2T13*	70.000		(856)			(856)
3T14*		75.000		(1.902)		
4T14*	75.000		(5.645)			(5.645)
1T18*	150.000	150.000	6.782	1.909	6.782	
3T18*	166.666	166.666	(4.840)	3.973		(11.875)
TOTAL			(12.556)	(7.895)	7.451	(28.910)

* Operações derivativos caracterizadas como hedge ("hedge documentation")

O valor justo dos derivativos é registrado na conta contábil de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante) no Passivo em contrapartida: i) ao resultado, no caso dos derivativos em que não há o *hedge documentation*, e ii) Ajustes Patrimoniais (Patrimônio Líquido), no caso dos derivativos para os quais há o *hedge documentation* o efeito do valor justo é contabilizado na conta de Empréstimos e Financiamentos, no Passivo Circulante. Todos os derivativos utilizados têm o objetivo de hedge (proteção patrimonial), fazendo com que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações seja compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

O efeito contábil e o valor justo dos instrumentos derivativos e dos objetos de proteção, é controlado pelo sistema de controles da tesouraria, considerado eficaz pela Administração da Companhia.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2010, para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

O efeito no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2010 das operações de instrumentos financeiros destinados a *hedge* foi devedor em R\$ 13.478 (em 31 de dezembro de 2009 devedor em R\$ 77.942). Os ganhos e perdas dos *swaps* vinculados a estrutura de *hedge* registrado no patrimônio líquido montaram o saldo devedor de R\$ 1.368 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 7.167 credor em 31 de dezembro de 2009).

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

34. Seguridade social privada

A controlada direta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão. O plano possui características predominantes na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas. O único benefício definido, na fase de acumulação, é um pecúlio equivalente a no máximo seis salários, pago em eventos de morte, invalidez e entrada em aposentadoria, calculado conforme fórmulas e condições estabelecidas no regulamento do plano.

As contribuições são efetuadas em média, na proporção de 67% pela patrocinadora e 33% pelos participantes ativos contribuintes. As contribuições relativas ao Benefício Mínimo são efetuadas integralmente pela Patrocinadora, conforme definido em nota técnica atuarial, e são redimensionadas anualmente, através das avaliações atuariais.

O plano é avaliado anualmente, por atuário independente, tendo sido a última avaliação atuarial do Plano, concluída em 31 de dezembro de 2010. A data base cadastral utilizada na avaliação foi a de outubro de 2010.

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Participantes	47	106
Ativo líquido	9.043	8.715
Contribuições da patrocinadora (% folha)	0,16%	0,53%
Folha salário de participação	772	1.478

O plano possui ainda uma parcela de benefício definido na fase de concessão, cuja obrigação atuarial refere-se às rendas mensais vitalícias concedidas aos seus participantes. O valor presente da obrigação atuarial dos Participantes Assistidos, foi calculado com base na tábua de mortalidade AT-83 e uma taxa de desconto financeiro de 7,16% ao ano, monta em R\$ 5.651 em 31 de outubro de 2010, estando totalmente coberto pelo Ativo Líquido do Plano.

Além da total cobertura financeira das obrigações atuariais, o plano apresenta um superávit com o qual foi formado Fundo Previdencial que monta em R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2010. O Fundo é constituído por saldos remanescentes de contribuições da patrocinadora, oriundos de desligamentos de participantes que efetuaram resgate parcial, não sendo elegíveis a qualquer benefício do plano.

35.Reconciliação das informações trimestrais ajustadas pelos efeitos da adoção aos novos pronunciamentos contábeis

Em janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deliberou que as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, deveriam incluir nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010. Os efeitos oriundos da adoção dos CPCs estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores	(22.994)	36.789	94.339	17.151	153.192	222.025
Registro do direito de outorga - Contratos de concessão	228	456	684	(1.264)	(2.528)	(3.792)
Diferido - baixa	891	1.782	2.673	904	1.808	2.712
Depreciação				18.159	37.509	57.559
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	(21.875)	39.027	97.696	34.950	189.981	278.504
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	2.521.385	2.564.933	2.603.371	3.850.325	3.988.992	4.057.650
Registro do direito de outorga - Contratos de concessão	(35.135)	(34.907)	(34.679)	(35.715)	(36.979)	(38.243)
Diferido - Efeitos da baixa	(211.282)	(208.418)	(205.554)	(201.788)	(200.884)	(199.980)
Depreciação				18.159	37.509	57.559
Patrimônio Líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis	2.274.968	2.321.608	2.363.138	3.630.981	3.788.638	3.876.986
Consolidado	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Resultado de acordo com as práticas contábeis anteriores	(22.649)	37.478	95.374	17.496	153.881	223.060
Registro do direito de outorga - Contratos de concessão	228	456	684	(1.264)	(2.528)	(3.792)
Diferido - Efeitos da baixa	891	1.782	2.673	904	1.808	2.712
Depreciação				18.159	37.509	57.559
Outros	(345)	(690)	(1.035)	(345)	(689)	(1.034)
Resultado apurado de acordo com as novas práticas contábeis	(21.875)	39.026	97.696	34.950	189.981	278.505
	31/03/09	30/06/09	30/09/09	31/03/10	30/06/10	30/09/10
Patrimônio Líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	2.519.317	2.563.210	2.601.993	3.849.636	3.988.647	4.057.650
Registro do direito de outorga - Contratos de concessão	(35.135)	(34.907)	(34.679)	(35.714)	(36.978)	(38.242)
Diferido - Efeitos da baixa	(211.282)	(208.418)	(205.554)	(201.788)	(200.884)	(199.980)
Depreciação				18.159	37.509	57.559
Outros	2.068	1.723	1.378	688	344	(1)
Patrimônio Líquido apurado de acordo com as novas práticas contábeis	2.274.968	2.321.608	2.363.138	3.630.981	3.788.638	3.876.986

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria

* * *

Notas Explicativas

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** **31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

Notas Explicativas

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente -

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
ALL – América Latina Logística S.A.
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ALL América Latina Logística S.A., (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALL – América Latina Logística S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ALL – América Latina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da ALL – América Latina Logística S.A. e controladas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme mencionado na Nota 5 (a), em 20 de outubro de 2006 as controladas indiretas América Latina Logística Central S.A. (“ALL Central”) e América Latina Logística – Mesopotâmica S.A. (“ALL Mesopotâmica”), assinaram com o Estado Nacional Argentino “Cartas de Entendimento”, como parte do processo de renegociação de seus contratos de concessão. Na data de emissão desse Parecer a Administração das subsidiárias e seus assessores legais entendem que o processo de renegociação dos contratos ainda não se finalizou, devido à ausência de aprovação por parte do Poder Executivo daquele país. Os principais efeitos do novo regime contratual que está sendo negociado também estão sendo descritos na Nota 5 (a). As subsidiárias estimaram o valor recuperável de seus ativos permanentes e de certos impostos a recuperar, em 31 de dezembro de 2010, tendo por base estudos de fluxos de caixa que consideram as modificações propostas nas “Cartas de Entendimento” anteriormente mencionadas, as quais a Administração das subsidiárias considera necessárias para o cumprimento de seus planos de negócios. A recuperabilidade do valor dos ativos permanentes e dos impostos a recuperar, presentemente, depende de que o Poder Executivo Nacional Argentino aprove a renegociação do contrato de concessão (aprovação, previamente, pela “Comisión Bicameral de Seguimiento de Privatizaciones” daquele país), e o sucesso da implementação do plano de negócios elaborado pela Administração. A resolução dessas questões

encontra-se ainda pendente na data desse Parecer e, conseqüentemente, as presentes demonstrações financeiras não contemplam nenhum ajuste e/ou reclassificação advindos dos efeitos que poderiam derivar das mencionadas incertezas.

Conforme descrito na Nota 7, a controlada indireta ALL Central interrompeu o reconhecimento de receitas vinculadas aos pedágios da "Unidad Ejecutora del Programa Ferroviário Provincial (U.E.P.F.P.)" à partir de janeiro de 2002. Esta decisão se fundamenta, basicamente, na falta de reconhecimento dos serviços prestados por parte da referida Unidade. No exercício de 2004, a ALL Central iniciou uma demanda junto ao Tribunal Contencioso Administrativo Federal da Província de Buenos Aires, requerendo o pagamento dos valores de pedágios, referentes ao período entre 1993 e 1996. Suportada, na opinião de seus assessores jurídicos, de que a ação de cobrança dos montantes ajuizada contra a U.E.P.F.P. tem uma probabilidade de êxito relativamente alta, a Administração não registrou provisão para perdas do valor a receber registrado na ALL Argentina no valor aproximado de R\$ 1.997 mil (P\$ 4.762 mil). Por outro lado, e em função de acordos celebrados com os acionistas anteriores, a ALL Argentina registra um passivo de valor similar, em virtude da obrigação de reembolsar 50% dos montantes recuperados, referentes aos pedágios incorridos nos períodos que antecederam à data de aquisição da ALL Central e da ALL Mesopotâmica. As demonstrações financeiras descritas no parágrafo 1 não contemplam possíveis ajustes ou reclassificações que poderiam surgir como resultado destas discussões.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2011

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 15199/O-6 "F" PR

Luiz Carlos Passeti Roque Hülse
Contador CRC-1-SP-144.343/O-3 "S" PR Contador CRC-SC-021283/O-3 T-PR

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF n.º 02.387.241/0001-60
NIRE n.º 41 3 0001988 6
Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho Fiscal Realizada em
23 de Fevereiro de 2011

Às 10:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2011, na cidade de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados, com a presença dos administradores da Companhia e dos representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), com a finalidade de analisar e emitir parecer acerca (i) da revisão do estudo técnico previsto no art. 2º, inciso II, da Instrução CVM n.º 371, de 27 de junho de 2002 (que dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) ("Instrução") e (ii) das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, cujo parecer integra a presente ata:

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, Srs. Newton de Souza Junior, Ricardo Scalzo e Marcos Rocha de Araújo, no uso de suas atribuições legais, consoante as disposições do artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores:

(i) Após questionarem a elaboração do estudo técnico e as bases de apuração do IR/CSLL Diferido Ativo, o Auditor da EY responsável pelos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis da ALL – América Latina Logística S.A. ("ALL") enfatizou e assegurou aos conselheiros a veracidade e do real embasamento de tal estudo. Por fim, emitiram parecer favorável, em atendimento ao art. 4º da Instrução, ao "Estudo Técnico de Viabilidade NR 05/2010" elaborado e apresentado pela Diretoria com base na projeção dos resultados dos próximos exercícios sociais, o qual se encontra arquivado na sede da Companhia; e

(ii) após concluírem os trabalhos de verificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, com os devidos esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia e baseados no relatório e parecer dos Auditores, emitiram parecer favorável, que acompanhadas do Relatório da Administração, estão adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação dos acionistas e apresentadas à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Encerramento . Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada e a presente ata lida, achada conforme e assinada pelos membros do Conselho Fiscal. (Ass.:) Newton de Souza Junior, Ricardo Scalzo e Marcos Rocha de Araújo.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2010 e 31.12.2009 foram aprovadas em reunião da Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Foi aprovado em reunião da Diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2011 o parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2010 e 31.12.2009.